



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 21

I Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 19 de abril de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da sessão pelo Sr. Deputado Rogério Veiros, sendo o mesmo substituído posteriormente pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça) e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, os trabalhos prosseguiram entrando diretamente na Agenda da Reunião. Assim foram debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

- [Projeto de Resolução n.º 29/X – “Regularização das transferências financeiras protocolizadas com as IPSS e Misericórdias”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*), Domingos Cunha (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*).

Submetido à votação o projeto foi rejeitado por maioria.

- Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 30/X – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pela necessidade de estabelecimento de um protocolo para a instalação de uma rede de radares meteorológicos e de estações meteorológicas de superfície na Região, que possibilite às autoridades nacionais monitorizar a evolução meteorológica na área da Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Justificada a urgência pelo Sr. Deputado Artur Lima, usaram da palavra as Sras. Deputadas Isabel Almeida Rodrigues (*PS*) e Zuraida Soares (*BE*) e os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), António Ventura (*PSD*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Usou da palavra para um protesto o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), após uma interpelação à Mesa feita pelo Sr. Deputado Berto Messias (*PS*).

Ainda para um protesto usou da palavra o Sr. Deputado José Contente (*PS*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado António Ventura (*PSD*).

Aquando da votação, o pedido de urgência foi rejeitado por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), Berto Messias (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Ventura (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 31/X – “Suspensão temporária das obrigações relativas ao crédito à habitação”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, o qual foi aprovado por unanimidade.

Apresentado o pedido de urgência pelo Sr. Deputado António Marinho, usaram posteriormente da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

- Projeto de Resolução n.º 31/X – “Suspensão temporária das obrigações relativas ao crédito à habitação”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

No debate, usaram da palavra os Srs. Deputados António Marinho, Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), José San-Bento (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), a Sra.

Deputada Zuraída Soares (*BE*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

O diploma em apreço foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*) e os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*),

- **Proposta de deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de abril**, a qual foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 09 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 10 horas e 07 minutos.

Peço ao Sr. Secretário o favor de fazer a chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

Isabel Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz da **Costa**

Paulo Alexandre Vieira **Borges**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral**

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Berta Maria Correia Almeida Melo **Cabral**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís Bruto da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Maria de Medeiros **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Francisco José Ferreira **Silva**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Ontem ficámos no debate do ponto 15 da nossa agenda de trabalhos. A Mesa ainda tem inscrições.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Piedade Lalanda*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ontem ficou no ar alguns temas.

Em relação ao salário mínimo que a Sra. Deputada Zuraida Soares fez referência, relativamente a fevereiro do ano passado, na altura foi referido que estava a decorrer inspeção a essas situações.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Foi a nossa proposta!

A Oradora: Exatamente.

Realmente decorreu inspeção a essas situações.

Na sequência da identificação das situações em que havia trabalhadores que não estavam a auferir o salário mínimo regional, foi entendido (daí a decisão deste ano) ajudar a regularizar essas situações, sobretudo às instituições que não tinham capacidade financeira para o fazer.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Sr. Membro!

(Risos do Deputado Artur Lima)

O Orador: Não está certo?

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Está!

O Orador: Passado este momento que, enfim, não sei como é que o hei de adjetivar, queria colocar aqui algumas questões.

O Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda visa recomendar ao Governo que regularize as transferências para as IPSS e para as Misericórdias.

Julgo que é uma pretensão justa, que deve ser acatada pelo Governo, porque não faz sentido que haja tanto atraso no pagamento daquilo que está protocolado com as IPSS e as Misericórdias.

Visto que esta atividade desenvolvida pelas Misericórdias e pelas IPSS acaba por ser um mercado (o que é que não é mercado?), atraiu alguns mercados para o mercado.

Não será por acaso que entretanto já não se chamam utentes, chamam-se clientes. É porque isto começou a ser uma atividade apetecível pelos privados e há alguns privados no mercado.

Eu queria perguntar à Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social se, relativamente àquilo que está protocolado com os privados, existe algum atraso na transferência e no pagamento do que está protocolado?

Eu não tenho conhecimento nem de que haja atraso, nem que os trabalhadores se tenham queixado que estão com salários em atraso. Mas tenho conhecimento que algumas empresas da área, designadamente a *Home Instead*, pratica salários de miséria. A precariedade é a norma, é a regra e começam também (peço-lhe que dê atenção a isto, Sra. Secretária da Solidariedade Social) a surgir muitas queixas sobre a qualidade dos serviços prestados.

Era bom que se prestasse atenção a estas questões, designadamente em relação à precariedade que se verifica, ao tipo de contrato com esses trabalhadores e sobretudo à qualidade do serviço que é prestado.

No fundo, e voltando ao cerne da questão, há atrasos no pagamento aos privados que estão neste mercado?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho aqui uma nota do GaCS, que é o gabinete de propaganda do Governo, que passo a ler. Diz a Sra. Secretária Regional:

«Relativamente ao pagamento das diuturnidades e progressões aos trabalhadores das IPSS e das Misericórdias, a Secretária Regional esclareceu que o Governo dos

Açores “não é interveniente direto” na relação de trabalho que se estabelece entre aquelas instituições e os seus trabalhadores.»

Pergunto-lhe o seguinte:

É ou não é verdade que quem paga as diuturnidades e as progressões na carreira é o IDSA?

Pode ser por uma malabarice (para me socorrer de um termo usado) feita pelo Governo, que ao que parece é o que acontece.

Deputado Francisco César (PS): Isso não é uma pergunta, é uma afirmação!

O Orador: As instituições quando têm um funcionário em situação de progressão na carreira (de poder progredir na carreira), de obter uma diuturnidade, é ou não verdade que informam o IDSA que aquele funcionário ou funcionária está em condições de progredir na carreira e de receber a sua diuturnidade?

E se depois (não é o IDSA) procede a um aumento do protocolo da verba a transferir para pagar essas diuturnidades e essas progressões na carreira?

É uma resposta claríssima que peço à Sra. Secretária, porque da informação que eu tenho é assim que se processa.

Ontem a senhora negou isto aqui. Isto foi aqui negado.

É assim que as instituições procedem. Quem paga, quem dá a verba, quem financia, é o IDSA ou terá deixado de financiar?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires, penso que o lugar certo para se fazer denúncias em relação a empresas privadas é a Inspeção do Trabalho.

Portanto, não cabe aqui, nem à Secretária Regional, nem ao Governo Regional, pronunciar-se sobre irregularidades que se passam numa empresa privada...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que o senhor citou aqui de uma forma um bocado, digamos, leviana.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então não se pronunciam sobre empresas privadas?!

A Oradora: A Inspeção do Trabalho existe e deverá ser chamada para essas situações ou serão feitas as denúncias por parte de quem se sente lesado nesse âmbito.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Artur Lima é um facto que no final do ano fazem-se acordos, e nalguns casos poderá ter a ver com a incapacidade que algumas IPSS possam ter tido de fazer face a esses aumentos, mas isto além acordo de cooperação, é bom que se note (é além acordo de cooperação!).

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que paga?

A Oradora: O que disse ontem foi que nós cumpríamos com os acordos de cooperação.

Fazem-se acordos e fazem-se acordos inclusive de outra natureza de intervenção. As IPSS fizeram ao nível da manutenção dos seus equipamentos e não tiveram cabimento orçamental para isso.

O Governo, quando faz esse acordo, faz na medida em que tem cabimento orçamental.

É bom que o senhor não esqueça que quando o Governo, como o senhor diz, aumenta, ou paga, ou acerta uma verba com uma IPSS, fá-lo na medida em que tem orçamento no âmbito da Segurança Social para o fazer. Se tiver cabimento orçamental para o fazer, é evidente que a verba que vem do Orçamento da Segurança Social, para os acordos de cooperação, vai inteirinha para as IPSS. Não fica um cêntimo na Região.

Não havendo cabimento orçamental, quando há que fazer acordos, aonde é que se vai buscar? Ao Orçamento da Região e tem que haver cabimento orçamental para isso, para se poder fazer...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi essa a pergunta que eu fiz!

A Oradora: O senhor perguntou se se fazem aumentos.

Eu disse, fazem-se acordos no final do ano, quando existem situações que não foram cobertas pelos acordos de cooperação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi isso!

A Oradora: É com a verba que está disponível da Segurança Social que se fazem esses acertos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Imagine se tivesse alguma coisa a ver com isso!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membro do Governo:

A Sra. Secretária não respondeu à pergunta que lhe coloquei. Reitero aqui o pedido para que informe esta câmara se relativamente aos protocolos existentes com as empresas privadas que estão neste mercado, há ou não atrasos?

Depois, Sra. Secretária, a senhora não respondeu, mas não se eximiu de tecer algumas considerações sobre...

(Pausa)

... a minha intervenção, designadamente algumas críticas...

Deputado Francisco César (PS): Já se perdeu!

O Orador: Estava a dar tempo para que a Sra. Secretária e o Sr. Vice-Presidente se entendessem, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não vale a pena. Eles não se entendem!

O Orador: Estava a ser simpático com os Membros do Governo.

Logo que se entendam eu continuo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): As pessoas não podem falar?

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Orador: Não me perdi. Aliás, tenho um *chip* integrado de GPS.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Se fosse no Parlamento da Coreia do Norte!

O Orador: Sra. Secretária, a senhora não se eximiu de tecer algumas considerações e até a indicar-me o caminho certo para as questões que eu aqui tinha colocado.

Relativamente às questões da Inspeção Regional do Trabalho, eu não sei se foram feitas inspeções ou não.

Sei que em determinada altura, quando eu denunciei aqui há uns anos essa situação, elas foram feitas. Recentemente não sei se foram feitas, mas cabe ao Governo, a que V. Exa. pertence, e sabendo disto, designadamente porque eu estou aqui a denunciar (se é que o não sabe por outras formas!), providenciar para que a Inspeção atue.

De facto, a Inspeção Regional deve atuar. Se calhar não é só a Inspeção Regional do Trabalho. Se calhar outras áreas da Inspeção devem atuar para verificar isto que estou aqui a afirmar.

Mas também cabe-nos a nós.

Certamente, Sra. Secretária, dará entrada proximamente um requerimento, com perguntas escritas ao Governo, sobre esta situação. Mas cabe a mim, cabe ao Governo a que V. Exa. pertence e também cabe à comunicação social, verificar esta situação que aqui estou a denunciar.

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Berto Messias)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores é que desprezaram a comunicação social!

O Orador: Portanto, Sra. Secretária, agradeço que para lá dos comentários (com certeza tem toda a legitimidade e até agradeço) que faça às minhas intervenções ou às minhas denúncias, me responda à pergunta que lhe coloquei.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, vou repetir-lhe a pergunta e colocar-lhe mais uma.

O que perguntei foi, se diz que é falso que as instituições quando têm um funcionário para progredir na carreira, em condições de progredir e de receber a diuturnidade, é ou não é este o procedimento:

- informam o IDSA das condições de progressão e diuturnidade;
- o IDSA responde e dá o seu parecer favorável, ou desfavorável, àquela progressão e diuturnidade;
- o IDSA aceita aquela diuturnidade.

Há ou não essa comunicação das instituições ao IDSA?

Há ou não há? – é a pergunta.

E se depois, se o orçamento – se tem cabimento orçamental, se tem verba ou não tem verba – dessa instituição, ou protocolo, ou duodécimo, como lhe queira chamar, é aumentado para fazer face às despesas com esses funcionários em diuturnidades e progressão na carreira?

É essa a pergunta objetiva.

A senhora vai dizer-me se as instituições informam ou não o IDSA; se o IDSA paga ou não paga. É a isso que a senhora tem que responder muito objetivamente.

A pergunta é objetiva, é clara.

Disse ontem que nos pagamentos às IPSS não há atrasos, está tudo em dia. Confirma e reafirma que não há atrasos nenhuns? Está tudo dentro do prazo de pagamento, os protocolos que os senhores têm com as IPSS?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção neste debate surge na sequência das questões levantadas, quer pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, quer pelo Sr. Deputado Artur Lima, relativamente a alguns pormenores relacionados com as IPSS, com as diuturnidades e os seus funcionários, no âmbito daquilo que são os acordos.

Queria esclarecer, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que o quadro de pessoal dos funcionários das IPSS e das Misericórdias, quando é autorizado, é evidente que é remetido à respetiva tutela, no âmbito da apreciação das suas carreiras, no âmbito da sua introdução.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É o contrário do que se disse ontem!

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores são preciosistas!

Deputada Zuraída Soares (BE): É um pormenor!

O Orador: É evidente que é remetido à tutela para apreciação e para ser encontrado o apoio financeiro que resulta dos acordos celebrados com as instituições. É isso que é sempre feito.

Deputada Zuraída Soares (BE) e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora é que está certo!

O Orador: Acontece que (e todos nós sabemos) há instituições que têm direções com responsabilidade na gestão e na administração dos seus recursos humanos, financeiros e outros, e têm uma boa gestão nessas áreas, mas há outras que têm maiores dificuldades em gerir os seus quadros de pessoal, as suas situações financeiras.

É aqui, quando surgem situações que vão para além dos acordos que foram celebrados com o Governo, que o Governo, numa determinada fase e nas situações alertadas pelas instituições, faz acertos nos acordos de cooperação, para além daqueles que estão iniciados, precisamente para dar resposta às necessidades das IPSS e Misericórdias nesse campo e sempre com a preocupação (como ontem aqui disse) de garantir o salário dos funcionários que integram essas instituições. Também neste momento, face à situação que atravessamos, para que não haja ou não se chegue a situações que seja necessário haver despedimentos.

Consideramos que as IPSS e Misericórdias são parceiros indiscutíveis e indissociáveis das políticas sociais que o Governo tem vindo a implementar...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... ao longo desses anos e que vai continuar a implementar.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Piedade Lalanda*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, peço desculpa por não ter respondido na primeira intervenção.

O que se passa em relação às empresas privadas não está no âmbito dos acordos de cooperação, que temos vindo a falar aqui, com as IPSS.

Enquadra-se num programa de apoio à iniciativa privada, que tem por designação o PAIPA, que não se rege pelos mesmos parâmetros e pelos mesmos critérios.

Nesse sentido, não há que dizer aqui se está em atraso ou se não está em atraso. São procedimentos diferentes.

Aproveito para também informar que esse programa foi suspenso no ano 2013, ou seja, não aceita mais candidaturas. É do conhecimento público.

Portanto, é um programa que teve a sua razão de existir. Foi para de alguma forma incentivar os privados a uma área onde não havia iniciativa privada. Portanto, essa foi a razão de ser da sua existência.

Em relação ao Sr. Deputado Artur Lima, eu reafirmo que no âmbito da Segurança Social não há atrasos no cumprimento dos acordos de cooperação.

Deputado Luís Garcia (*PSD*): E da parte da saúde há?

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É claro, Sra. Secretária, se me permite, que sei que estamos a falar de situações diferentes. Uma coisa são os protocolos com as IPSS e as Misericórdias; outra coisa é o apoio à iniciativa privada nesta área.

Considero que a questão que coloquei não foi totalmente respondida.

Eventualmente a Sra. Secretária não responderá. Eu farei a pergunta através de um requerimento.

Aquilo que perguntei foi: há protocolos com as empresas privadas? As empresas privadas são apoiadas nesta área também, da prestação de serviços?

O que perguntei não foi se o programa estava em vigor ou se não estava em vigor. Foi se há ou não atrasos nos apoios que são dados, nas participações que são dadas, às empresas privadas que estão neste mercado.

Se a Sra. Secretária entender responder, responderá.

Eu, de qualquer forma, irei fazer um requerimento, não só a colocar essa questão, mas também a colocar outras questões sobre algumas denúncias que têm havido sobre a prestação de serviços dessas empresas aos seus... não sei se hei de dizer utentes, se clientes.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Fica aqui confirmado, pela intervenção do Sr. Deputado Domingos Cunha, que efetivamente o que a Sra. Secretária ontem disse aqui não correspondia à verdade.

O que corresponde à verdade é efetivamente esse processo do IDSA pagar as diuturnidades e as progressões na carreira.

Se da parte da Segurança Social não há atrasos, de dezembro para cá, o que as instituições me dizem, é que não receberam, nem recebem.

Pergunto-lhe: o que é um atraso para si? É um dia? São 30 dias? São 90 dias? São 120 dias?

Secretária Regional Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Não recebem?

O Orador: Não recebem o dinheiro dos protocolos. Têm pagamentos em atraso.

Pergunto: até que mês é que a Segurança Social pagou às instituições?

Qual foi o último mês?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É melhor o Sr. Vice-Presidente responder!

Presidente: Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu só posso tornar-lhe a dizer, mais uma vez, que em matéria de acordos de cooperação, e no que diz respeito à Segurança Social, não há atrasos.

Muito me espantaria que 4.000 trabalhadores, nas IPSS, a não receber desde dezembro,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não são os trabalhadores, são os protocolos!

A Oradora: ... não tivessem feito uma manifestação pública.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi essa a pergunta que eu fiz!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Para terminar, ficar registado que a Sra. Secretária Regional não respondeu e recusa-se a responder à minha pergunta.

Deputado Berto Messias (PS): Quando a resposta não lhe convém o senhor diz isso!

O Orador: Não é só relativamente às diuturnidades e às progressões, é relativamente aos protocolos que tem, de âmbito geral (outros pagamentos), com as instituições.

Qual foi o último mês que pagaram às instituições?

Foi essa a pergunta que eu fiz. Não me referi apenas às diuturnidades e progressões na carreira.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deixe-me dizer-vos uma coisa: que grande trapalhada!

Deputado Francisco César (PS): Oh, Sra. Deputada!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Malabarismo!

A Oradora: Como é que um Projeto de Resolução tão simples, tão modesto, mas tão objetivo, como este Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, que apenas recomenda ao Governo que cumpra aquilo que tem em incumprimento para com os trabalhadores das IPSS e das Misericórdias, com quem tem protocolos estabelecidos, que é garantir que os trabalhadores recebam os seus direitos contratuais, diuturnidades e progressão na carreira, gerou esta confusão toda?

Tal e qual como há um ano, com o mesmo Projeto de Resolução, com a mesma simplicidade, com a mesma modéstia, que apenas visava recomendar ao Governo que pusesse a Inspeção do Trabalho a funcionar, no sentido de identificar as muitas IPSS e Misericórdias que não asseguravam o pagamento do salário mínimo aos seus trabalhadores.

Curiosamente, na altura, o Partido Socialista reprovou, porque essa situação não existia.

Um ano depois, a Sra. Secretária reconhece que não só existia, como a fiscalização foi fiscalizar (cumprir a sua obrigação!), foram identificadas situações como essas e, neste momento, ainda se está a repor a legalidade onde ela não existia.

Chumba-se uma proposta, mas faz-se o que ela recomenda.

Negam-se as afirmações feitas numa iniciativa legislativa, mas um ano depois reconhece-se que afinal ela era verdadeira.

Relativamente à trapalhada criada por um Projeto de Resolução que temos agora em mão, ontem, o Governo não tinha nada a ver com estas situações.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Hoje já tem!

A Oradora: Não tinha nada a ver se os trabalhadores das IPSS e das Misericórdias recebiam ou não recebiam as diuturnidades e eram cumpridos ou não os seus contratos no sentido das progressões das carreiras.

Hoje, afinal, já tem a ver.

Ontem não tinha, hoje tem a ver!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que vergonha!

A Oradora: Eu sei, Sra. Secretária, o Governo sabe,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que vergonha!

A Oradora: ... toda a gente nesta casa sabe, que há trabalhadores das Misericórdias e das IPSS que não recebem diuturnidades,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há um ano!

A Oradora: ... que não recebem a progressão na carreira há mais de um ano.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que vergonha!

A Oradora: Eu não quero crer que a Sra. Secretária me pergunte ou me diga para eu fazer as denúncias concretas nesta casa,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga o nome!

A Oradora: ... como já aconteceu nesta casa com este Governo Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Aquilo que lhe quero dizer, Sra. Secretária, é que a obrigação de um Governo, e no caso concreto da Sra. Secretária Regional, que tem conhecimento destas situações, que começa por dizer que não tem nada a ver com elas, mas acaba por reconhecer que afinal tem, de que é que o Governo está à espera para acionar a Inspeção do Trabalho e garantir que estes trabalhadores são respeitados pelas instituições que o Governo financia e apoia nos seus direitos?

As diuturnidades e a progressão na carreira é um desses direitos.

Portanto, só lhe posso perguntar: para que serve a Inspeção do Trabalho? Por que é que o Governo não a põe no terreno a fazer aquilo que ela tem a obrigação de fazer, que é fiscalizar?

Essa é uma constatação que faço e lamento ter que a fazer.

A Sra. Secretária dizia ontem que as diuturnidades, as progressões na carreira, não tinham nada a ver com os contratos dos trabalhadores. Eram coisas diferentes.

Afinal tem tudo. Isto tem a ver com o cumprimento da lei do trabalho, tem a ver com o cumprimento dos contratos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que o Governo instiga a não cumprir!

A Oradora: Já ontem tinha tirado esta conclusão, e agora, ao fim deste bocadinho da manhã, não a vou alterar. Quando se trata de garantir e de apoiar nesta casa os empregadores, nenhum partido aqui, nem o Governo, falta à chamada.

Quando se trata de garantir que esses mesmos empregadores, até aqueles que são apoiados maioritariamente pelo Governo Regional, têm que respeitar e cumprir os contratos com os seus trabalhadores, o Governo Regional ou não sabe, ou não tem nada a ver com isso, ou vai pensar no assunto e daqui a um ano talvez reconheça que afinal tinha tudo a ver com o assunto.

Lamento que um Governo Regional, apoiado pelo Partido Socialista, tenha uma visão de pormenor, como chamou o Sr. Deputado Domingos Cunha...

Deputado Domingos Cunha (PS): Não falei em pormenores!

A Oradora: ... (“isto são pormenores”), relativamente à vida dos trabalhadores.

Não são pormenores, Sra. Secretária!

São direitos! São contratos!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouça!

A Oradora: São leis que têm que ser cumpridas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora é uma socialista!

A Oradora: ... por muito que custe e por muito difícil que seja.

Quando não se cumpre, tem que se reconhecer que não se cumpre por razões que legitimamente poderão e deverão ser apresentadas e ditas nesta casa.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, penso que deve ter interpretado, ou ouviu mal, aquilo que eu disse.

Eu não falei em pormenores.

O que disse, e continuo a afirmar, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi que os contratos que são celebrados com as IPSS e Misericórdias, no âmbito dos protocolos, visam essencialmente garantir o pagamento do funcionamento e dos funcionários que estão afetos aos quadros de pessoal dessas instituições. Que os acordos de cooperação são feitos com base nesses quadros de

pessoal e que as próprias instituições é que gerem, é que contratualizam, no âmbito das competências das suas direções e dos seus responsáveis, a gestão e administração das instituições.

O Governo limita-se apenas e só a financiar essa situação.

É evidente, e reafirmo aquilo que disse há pouco, que todos os quadros de pessoal têm que ser abalizados pela tutela, no sentido de saber se há ou não possibilidade, ou se os acordos que estão celebrados comportam o pagamento integral de todos os direitos dos trabalhadores que lá exercem a sua atividade.

É esse o grande objetivo e é isso que o Governo faz.

Volto a repetir, como já disse na anterior intervenção: há situações em que se tem que se repor verbas para tentar garantir que esses trabalhadores não vejam espoliados os seus direitos, quer no pagamento de diuturnidades, quer na progressão das carreiras.

É por isso que se fazem os acertos posteriores, que não estão contemplados desde o início, porque muitas vezes o quadro de pessoal se altera, mas o Governo tudo faz e continuará a fazer para garantir esses direitos aos trabalhadores, na certeza porém que é preciso também reafirmar que o Governo tem a responsabilidade de assumir os protocolos que assina, sob o ponto de vista financeiro com as instituições. Só a contratualização – volto a repetir – é da responsabilidade das próprias instituições.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Penso que estamos em condições de passar à votação do Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 11 horas e 20 minutos.

Eram 10 horas e 45 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 27 minutos

Entramos no ponto 16 da Agenda da Reunião com o **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 30/X – “pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pela necessidade de estabelecimento de um protocolo para a instalação de uma rede de radares meteorológicos e de estações meteorológicas de superfície na região, que possibilite às autoridades nacionais monitorizar a evolução meteorológica na área da Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP apresenta um Projeto de Resolução para que esta Assembleia se pronuncie por iniciativa própria, perante o Governo da República,...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está a apresentar a urgência!

O Orador: ... no sentido de serem instalados os 3 radares meteorológicos previstos no projeto da rede nacional de radares para os Açores, que data da década de oitenta do século passado, assim como as Estações Meteorológicas de Superfície em número considerado adequado para uma cobertura complementar e integral do território da Região.

O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão tem fundamento no fato de o clima, a nível global, apresentar alterações que as pessoas, empiricamente, percebem no seu quotidiano.

(Risos do Deputado Berto Messias)

Deputado Berto Messias (PS): Nossa Senhora! Uma urgência por causa das alterações climáticas!

O Orador: Têm-se registado fenómenos meteorológicos de elevada intensidade, alguns fora da época em que seriam mais frequentes, com acentuados impactos negativos nas populações, seus bens e atividades económicas diretamente dependentes das condições meteorológicas, como seja a agricultura, as pescas e os transportes.

As autoridades nacionais e regionais com responsabilidades nos campos da meteorologia e proteção civil, intimamente relacionados, necessitam de informações atempadas e precisas sobre a evolução dos fenómenos meteorológicos, no sentido de desempenharem as suas ações de prevenção e proteção das populações.

Já ocorreram nos Açores várias tragédias em consequência de fenómenos meteorológicos de elevada intensidade, das quais as mais recentes são as tragédias no Porto Judeu e no Faial da Terra.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está a apresentar a urgência!

O Orador: A previsão e o acompanhamento da evolução dos fenómenos meteorológicos são feitos com dados fornecidos por satélites, radares e estações meteorológicas de superfície, que se complementam mas não se substituem.

No caso particular dos Açores a previsão e o acompanhamento da evolução dos fenómenos meteorológicos são feitos com recurso a dados obtidos de estações meteorológicas de superfície e de um radar meteorológico que, com um alcance de centenas de quilómetros, possibilita às autoridades de proteção civil a antecipação de algumas horas.

Porém o único radar meteorológico existente nos Açores está instalado na Ilha Terceira, pertence às Forças Armadas Norte-Americanas e cobre apenas o grupo central e a ilha de São Miguel.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está a apresentar a resolução! Isto é lamentável!

O Orador: Entretanto, desde 1986, a República Portuguesa tem um projeto para a instalação de uma rede de radares meteorológicos no País.

Presidente: Sr. Deputado, a Mesa gostaria só de fazer uma pergunta?

O Orador: Eu estou a justificar a urgência, Sra. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Espertalhão!

Presidente: O Sr. Deputado está a ler o Projeto de Resolução.

O Orador: Não estou não.

Presidente: Agradecia que fosse mais conciso e que centrasse a sua intervenção na justificação da urgência.

Deputado Berto Messias (PS): Está a abusar do Regimento desta casa!

Presidente: Pode continuar, Sr. Deputado.

Orador: Eu estou a justificar e a fundamentar a urgência.

Deputado Berto Messias (PS): Não está não senhor.

O Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está, está!

O Orador: Quando eu acabar vai perceber e depois então dir-me-á alguma coisa.

Presidente: Pode continuar, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Está a apresentar o projeto!

O Orador: Não é o Projeto de Resolução.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS e do Deputado Aníbal Pires)

Presidente: Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Deputado Artur Lima justificar a urgência.

O Orador: O comportamento da sua bancada é absolutamente lamentável.

Deputado Berto Messias (PS): O que o senhor está a fazer é que é lamentável!

O Orador: Sra. Presidente, recentemente iniciou-se o processo para a instalação do radar previsto para a Região Autónoma da Madeira e já está em fase de instalação um radar em Arouca. Assim, a partir de 2014, com a entrada em funcionamento destes equipamentos, a Região Autónoma dos Açores será a única parcela do território nacional sem cobertura de radar meteorológico próprio, o que justifica a urgência da atuação do Governo da República e do Governo Regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: É até urgente a instalação dos radares meteorológicos nos Açores, complementada por uma rede de estações meteorológicas de superfície, por uma questão de soberania, em relação ao radar Americano.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Esta rede permitiria, também, melhorar a previsão meteorológica e também a diversificação e a especialização do serviço de meteorologia possibilitando o fornecimento de dados específicos.

Já em 2010, o CDS-PP apresentou nesta casa e nesta Assembleia uma iniciativa exatamente sobre a mesma matéria, tendo sido profundamente analisada em Comissão e ouvidos os Membros do Governo Regional e o então Instituto de Meteorologia, pelo que agora não se justifica que esta iniciativa baixe à Comissão, porque já foi ouvido há dois anos quem deveria ter sido ouvido. Daí ser mais uma justificação para deliberarmos e aprovarmos esta urgência de maneira a melhorar os meios de deteção e medição das condições meteorológicas na Região Autónoma dos Açores.

Neste momento, não temos nenhuma necessidade de baixa à Comissão.

É urgente porque já foram ouvidas as entidades competentes sobre essa matéria e a informação não está desatualizada.

Sra. Presidente, como viu acabei de justificar, fundamentadamente, a urgência.

Apenas lamento o comportamento da bancada do Partido Socialista, ou pelo menos de alguns membros, sobretudo do seu líder parlamentar.

Deputados Luís Garcia (PSD) e Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

Começo por relevar a importância da matéria objeto da iniciativa para a nossa Região, particularmente face às suas características orográficas e arquipelágicas, região por isso marcada por uma grande vulnerabilidade. Efetivamente esta importância é até enfatizada pelo fenómeno das alterações climáticas.

No entanto, não posso concordar com o Sr. Deputado Artur Lima de que, analisando hoje esta resolução em sede de urgência, possamos refletir sobre todas as implicações das alterações climáticas, até porque o Sr. Deputado referiu, e bem, que houve aqui uma resolução apresentada pelo CDS-PP, em 2010.

Permita-me que lhe lembre, Sr. Deputado, que a parte resolutiva é muito diferente, porque nesta iniciativa, cuja urgência o seu partido solicitou, fala-se na celebração de um protocolo entre o Governo Regional e o Governo da República. Na anterior resolução não se falava.

Desde logo, essa é uma matéria que importa esclarecer, saber que protocolo é esse, qual é o papel que o Governo Regional deve ter e todas as questões associadas a isso.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Importa também lembrar que nessa altura foi ouvido o Dr. Diamantino Henriques, Delegado daquele que é o hoje o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, que alertou para o facto de que os radares não preveem, nem evitam tempestades. Permitem estudá-las e acompanhá-las.

As estações meteorológicas de superfície, sim, permitem acompanhar a evolução da situação em zonas de instabilidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Explique a urgência!

A Oradora: Sr. Deputado, eu estou a seguir a mesma linha de raciocínio que o senhor utilizou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga isso ao seu líder parlamentar!

A Oradora: Para justificar a posição do Partido Socialista, tenho que acompanhar todos os aspetos que foram por si invocados para justificar a urgência.

Deputado Berto Messias (PS): Ah! Estamos a discutir a urgência!

A Oradora: Verá que não me estou a desviar um milímetro daquela que foi a sua intervenção na tribuna.

Se a sua intervenção estava dentro do âmbito da urgência, a minha por natureza também está.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O seu líder parlamentar é que discorda, não sou eu!

A Oradora: Queria também referir que a dispensa de exame em Comissão é um processo que reveste um carácter de excecionalidade relativamente ao processo legislativo comum.

Deve ser utilizado sempre que daí advenha vantagem para a tomada de posição por parte desta Assembleia, nomeadamente no que se refere à produção de efeitos decorrentes dessa tomada de decisão.

Neste caso concreto, e pelas razões que aqui aponte, parece-nos que a matéria exige uma reflexão e uma ponderação que só podem ocorrer em sede de apreciação em Comissão.

Nós iremos rejeitar esta urgência e iremos colocar todo o nosso empenho na apreciação da sua iniciativa em Comissão.

Obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como colaboraram em 2010!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados... (ia dizer Srs. Membros do Governo, mas o Governo deixou de estar presente neste Parlamento):

É importante referenciar – já regressou! – o seguinte nesta matéria.

De facto, é uma matéria urgente. Isto não deveria ser para amanhã. Isto já devia ter sido feito ontem.

Quando estamos a falar de uma região com as características da Região Autónoma dos Açores, com a instabilidade meteorológica, com a importância que tem, para as diversas atividades económicas e para a segurança das populações, os fenómenos

atmosféricos, temos consciência que esta questão não é urgente, é urgentíssima. É absolutamente fundamental dotarmo-nos de todas as condições, do ponto de vista tecnológico, que nos permitam perceber a intensidade dos fenómenos atmosféricos e as suas possíveis consequências.

Dir-me-ão que não os evita ou não os combate. Combate com certeza, porque a prevenção é essencial e a prevenção com qualidade só se pode fazer, só se pode realizar, quando estivermos na posse de toda a informação que a tecnologia atual nos permite.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A verdade é que para uma Região com a dimensão dos Açores e as características que temos, estas condições tecnológicas são absolutamente essenciais.

A verdade é que quer o Estado, quer a Região, têm deixado ao abandono esta questão, que é uma questão absolutamente fundamental.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): A Região? Isso é competência da República!

Deputado José Contente (PS): Isso é demagogia!

O Orador: Consideram que este assunto não é urgente, que tem que se ouvir técnicos que já foram ouvidos há dois anos. Meus senhores, nós já conhecemos os pareceres técnicos, já conhecemos a matéria que está aqui em discussão, não nos vão dar nenhuma novidade.

A inovação tecnológica nos últimos dois anos nesta matéria não é de tão amplitude que tenha alterado algumas das questões chave que aqui estão em discussão. A decisão aqui é uma questão urgente e a urgência é de facto uma questão política.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): A parte resolutiva é diferente!

O Orador: O que tínhamos aqui que decidir é se é urgente instalar estes dispositivos ou não.

O que o Partido Socialista veio aqui dizer é que, para eles, politicamente, não é urgente, que esta questão não é relevante, nem é urgente.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Estamos mais uma vez a perder tempo e o Partido Socialista faz isto recorrentemente, porque quer desvalorizar as propostas da oposição. Ao mesmo tempo, o Partido Socialista pede para apresentarmos ideias, para apresentarmos iniciativas. Mas quando a oposição o faz, acontece que o Partido Socialista sistematicamente impede a discussão e tenta desvalorizar as propostas da oposição, quando as propostas são absolutamente racionais. Esta questão é absolutamente racional e de uma urgência tremenda.

O que é essencial é que fique aqui definido que a questão política é essencial.

É isso que o Partido Socialista não vai fazer no âmbito da votação desta urgência.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Eu faço esta interpelação para solicitar a V. Exa. que esclareça esta câmara, e também os açorianos que ouvem e acompanham neste momento o debate, em que momento do Regimento estamos e a que é que se refere a discussão de um pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é vergonhoso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A Sra. Deputada Isabel pode explicar isso!

O Orador: Nós não estamos a impedir a discussão.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estão, sim senhor!

O Orador: Nós queremos aprofundar a discussão em sede de Comissão.

Pedia-lhe que explicasse a que é que se refere aquilo que estamos agora a discutir e para onde vai o diploma, caso a urgência não seja aqui aprovada.

Não só queremos esclarecer os açorianos que estão a ouvir o plenário, mas também esclarecer aqueles que eventualmente na próxima semana leiam um possível artigo de opinião do CDS-PP a dizer que o PS recusou-se a debater esta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora não pode! Isto é inadmissível!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, à Mesa parece que é claro, que estamos ao abrigo do artigo 146º do nosso Regimento, a justificar a urgência.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um protesto, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para um protesto.

Deputado Berto Messias (PS): Eu fiz uma interpelação à Mesa!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Uma interpelação, tem que ter uma resposta! A Mesa tem que responder.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso já foi esclarecido! Artigo 146!

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Eu posso esclarecer a câmara, como estava a esclarecer.

O artigo é claro. Se esta urgência não for aprovada, baixa à Comissão. Se for aprovada o debate é feito de seguida.

Estamos a discutir ao abrigo do artigo 146º.

Também deixo claro que nesta fase não é possível o debate.

Portanto, cada grupo e representação parlamentar só pode intervir uma única vez, justificando ou não a sua posição referente a esta urgência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para um protesto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, quero protestar, porque o Sr. Deputado Berto Messias acaba de fazer referência aos meus artigos de opinião e aos artigos de opinião do CDS, uma coisa que rigorosamente não tem nada a ver com a discussão.

O Sr. Deputado vem com um género de ameaça...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Ameaça?

O Orador: ... dos artigos de opinião do CDS, que ainda se pode expressar livremente.

Portanto, se V. Exa. me autorizar eu protesto, se não me autorizar eu aceitarei a sua decisão.

Presidente: Penso que o Sr. Deputado já protestou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Isto é o início!

Presidente: Não!

Sr. Deputado, eu dei-lhe a palavra para o protesto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está bem, Sra. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado Berto Messias tem direito a um contraprotesto, se assim o entender.

Deputado Berto Messias (PS): Não merece, Sra. Presidente!

Presidente: Prescinde.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em matéria de segurança e proteção das populações este é sempre um sistema inacabado, ou seja, pode melhorar-se, mas nunca é um sistema finito. Esta podia ser a razão suficiente para votarmos favoravelmente a urgência.

Os fenómenos naturais são uma constante.

Deputados Cláudio Almeida (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Fazem parte do nosso quotidiano.

Há pessoas nestas ilhas que têm vindo a ser assoladas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Interessa que sem perda de tempo possamos melhorar os sistemas instalados.

Não se trata de evitar que eles aconteçam. Trata-se de tentar, de forma temporal, prevenir o acontecimento desses mesmos fenómenos.

Deputados Cláudio Almeida (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: O que está em causa é a instalação de um sistema que poderá dar tempo entre a existência de vida ou não; poderá afetar a vida das pessoas. Está em causa a vida das pessoas, como infelizmente aconteceu nos últimos fenómenos naturais, em março.

Tendo em causa a vida das pessoas, se temos possibilidade de instalar um instrumento que pode avisar, pelo acompanhamento que faz, as populações açorianas para se precaverem, para se protegerem, obviamente que não podemos perder mais tempo.

A urgência tem que ser votada favoravelmente e este Projeto de Resolução tem que ser aprovado.

Esta devia ser a atitude responsável de todos os partidos políticos nesta casa...

Deputados Cláudio Almeida e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: ... perante aquilo que aconteceu recentemente e tem vindo sempre a acontecer.

Deputado José San-Bento (PS): Não resistes!

O Orador: Para além disso, em 2010, este assunto foi amplamente debatido nesta casa e desceu à Comissão.

Deputado Berto Messias (PS): A proposta é diferente, Sr. Deputado, como o senhor bem sabe!

O Orador: Felizmente, a maior parte dos protagonistas que entraram no debate está nesta sala.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Estamos a discutir a urgência!

O Orador: Um dos principais protagonistas que aqui está, e que na altura fugiu ao debate dizendo que não era importante a instalação desses radares, foi o Sr. Deputado José Contente, então Secretário da Ciência.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Recordo as declarações à Comissão:...

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sra. Presidente!...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é urgência?

(Apartes inaudíveis de diversos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sra. Presidente, eu quero justificar a urgência com a presença dos protagonistas.

Dizia o então Secretário Regional da Ciência e Tecnologia...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Mas estamos a discutir a resolução de 2010 ou esta? Não estou a perceber!

O Orador: ... que a recomendação...

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Os apartes são regimentais, mas não podemos falar todos ao mesmo tempo.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado António Ventura...

O Orador: Dizia então o Secretário Regional da Ciência e Tecnologia,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quem era?

O Orador: ... o Deputado José Contente, que a recomendação do CDS não fazia sentido. Adiantou que o mais importante neste processo “é a pretensão do Governo Regional na regionalização dos serviços do Instituto de Meteorologia”.

Ou seja, para o PS, para o Governo Regional de então, para o Deputado José Contente, este processo não é importante.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas isto o que é que tem a ver com a urgência?

O Orador: O que é que mudou de 2010 até agora?

Em 2010 o Governo da República era do PS.

Neste momento o Governo da República é do PSD/CDS.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas o que é que isso tem a ver com isto?

O Orador: Eu percebo a atrapalhação do PS a encontrar agora argumentos para tornar isto diferente.

Há aqui claramente uma responsabilidade, em 2010.

Os protagonistas que estão aqui assumem novamente que isto não é importante.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas tenham a coragem de assumir. Está em causa a vida das pessoas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para justificar por que é que o Bloco de Esquerda votará favoravelmente este pedido de urgência.

Há quase 3 anos, o CDS apresentou a esta câmara um Projeto de Resolução que recomendava ao Governo...

Deputado Francisco Coelho (PS): O PSD é que precisava de um radar!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Sra. Presidente, eu gostava...

Presidente: Srs. Deputados...

A Oradora: ... de poder fazer a justificação para a qual me inscrevi. Muito obrigada.

Há quase três anos, dizia eu, o CDS apresentou nesta câmara um Projeto de Resolução que recomendava ao Governo que promovesse as iniciativas da sua competência para que fossem instalados radares meteorológicos capazes de assegurar a cobertura integral da Região Autónoma dos Açores.

A nosso aviso, três anos depois, o Projeto de Resolução que o CDS agora apresenta, apenas operacionaliza esta recomendação, ou seja, três anos depois do Governo Regional, na realidade, não ter feito nada sobre a matéria, o CDS traz um novo Projeto de Resolução dizendo como é que se leva à prática a recomendação feita há 3 anos.

Se ela já era urgente há 3 anos, hoje é urgentíssima.

Não há nenhuma razão razoável, que qualquer açoriano ou açoriana entenda, para que esta urgência não seja votada favoravelmente pelo partido maioritário.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado José Contente tinha pedido a palavra antes de eu dar a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares e não reparei.

Dou a palavra ao Sr. Deputado José Contente para um protesto.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Protesto em relação à intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares?

Presidente: Pediu a palavra para um protesto e eu vou conceder a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era só para protestar pela invocação descontextualizada da afirmação que foi feita por mim como ex-membro do Governo, não só porque ela não se enquadrava no assunto que está em apreço nesta altura, que é a discussão da urgência, como ela é profundamente descontextualizada, porque na altura o que estava em curso era um processo de regionalização do Instituto de Meteorologia, agora Instituto do Mar. Também estava em curso na altura um processo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual processo?

O Orador: ... que significava que o Governo da República iria fazer todo o investimento nesse tempo. Agora, quando se propõe protocolos, já se está a falar de outra coisa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade! Basta consultar o diário das sessões!

O Orador: A situação atual é diferente do que estava em curso nesse momento, porque tínhamos a garantia do Governo da República que essa regionalização iria ser feita. Infelizmente e lamentavelmente isso não aconteceu até hoje.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Isto foi repor a verdade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Justifiquei a urgência com base (naturalmente sabemos que acabou uma legislatura, mas começou outra) na existência dos protagonistas de então e do principal protagonista, quer nesta Assembleia, quer em Comissão, que considerou que não era importante a instalação desse tipo de radares, porque havia outros interesses.

Naturalmente que a situação de 2010 é diferente de 2013. Então, o Governo da República era do PS, agora o Governo da República não é do PS.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ainda não é!

O Orador: Eu considero mais uma vez que o que está aqui em causa (e isto foi bem evidente, esta fuga para comissão desse projeto que é tão importante), e é evidente, é que o PS põe à frente dos interesses dos açorianos os interesses partidários. É isto que novamente está aqui em causa.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional da Educação:

Apenas para dizer que o PCP considera que o assunto é urgente e vai votar favoravelmente a urgência.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado, pela sua esclarecedora posição.

Vamos passar à votação da urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Acabamos de assistir hoje ao inimaginável.

Um PS que passa a vida a pedir às oposições que apresentem propostas;

Um PS que passa a vida a pedir consensos;...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Um PS que passa a vida a querer consensualizar as questões, sobretudo em matéria com o Governo da República.

Ontem, esta oposição deu-vos aqui uma lição sobre como se faz consensos quando se trata de defender os direitos dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do PPM)

O Orador: Hoje, os senhores puxaram os Açores para baixo ao não defender os Açores.

Ao não defender os Açores puxaram os Açores para baixo e a isso é que se chama cobardia política. Foi o que os senhores fizeram aqui hoje.

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: É uma expressão do Sr. Presidente do Governo.

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Orador: O Sr. Deputado há de inscrever-se e falar quando for necessário.

Por outro lado, em 2010, trouxemos aqui este projeto, sem urgência, para ser discutido, amplamente discutido nesta Casa.

Foi discutido nesta Casa e foi discutido na Comissão.

Não há nada de novo. O que propusemos, coisa que o Governo do PS durante 3 anos foi incapaz de fazer, foi operacionalizar aquilo que se propunha. Foi incapaz de o fazer...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... com desculpas de que se ia regionalizar o Instituto de Meteorologia. Desculpas, apenas desculpas!

Até hoje não conhecemos, publicamente, além das declarações, na Comissão, do Sr. Secretário, nenhum documento do Partido Socialista, e do Governo Socialista, a pedir a regionalização do Instituto de Meteorologia.

Hoje, apenas se propõe uma maneira de operacionalizar a questão.

Não nos queremos meter. Quem vai negociar as condições é o Governo Regional e o Governo da República.

Não sou eu! Não é o CDS!

Deputado José San-Bento (PS): O que é isso que o senhor está a dizer para aí?

O Orador: Não é este Parlamento que vai dizer ao Governo Regional como negociar com o Governo da República.

Apenas propomos que o Governo Regional e o Governo da República se entendam num protocolo de maneira a resolver definitivamente essa questão.

Essa vontade existe por parte do Governo da República.

Não existe por parte do Governo Regional dos Açores.

Isso é que é puxar os Açores para baixo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Para terminar, os senhores que acham que um protocolo é coisa menor, passam a vida a mandar telex e cartas...

Deputado José San-Bento (PS): Vamos falar disso na Comissão, Sr. Deputado!

O Orador: ... para o Governo da República, até mal fundamentados, sem nenhuma fundamentação.

Esta resolução era exatamente para criar um grupo de trabalho entre o Governo da República e o Governo Regional para que se entendessem, fizessem em grupo de trabalho que defendesse os interesses dos Açores.

Os senhores, a partir de hoje, perderam a legitimidade de dizer que defendem a autonomia, que são autonomistas e que defendem os Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Chumbamos uma urgência! O que é que o senhor está para aí a dizer?!

O Orador: Perante as calamidades que têm acontecido, não é urgente, é urgentíssimo resolver este problema que o anterior Governo do Partido Socialista...

Deputado José San-Bento (PS): Essa demagogiazinha! O senhor não desiste!

O Orador: ... ao qual os senhores chamam velho, meteu na gaveta.

Os senhores querem arrumá-lo de vez, porque os senhores não têm mais nada para fazer na Comissão. Não há mais nada para ouvir, não há avanço de tecnologia, não há mais nada. Está tudo estudado, tudo a modo de fazer. É só questão de disponibilizar.

Agora, isso revela é que os senhores não querem.

Por último, era só o que faltava.

Por isso é importante um Canal Parlamento que transmita o que se passa aqui dentro na realidade,...

Deputado Berto Messias (PS): Isso é muito bom para os senhores!

O Orador: ... porque até há a ameaça, a pressão, para que não se escrevam artigos de opinião, para que os açorianos não saibam o que se passa aqui dentro.

Deputado Berto Messias (PS): O Partido Socialista agradece!

O Orador: Isto é uma vergonha.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: O que se passou aqui hoje, com o chumbo desta urgência, é uma vergonha e um atentado à democracia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma declaração de voto, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional:

Tendo em conta todos os “pontapés” que foram dados no Regimento ao longo da manhã nesta discussão...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É lamentável!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que dá pontapés!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe, mais um!

(Apartes inaudíveis de diversos Deputados da Câmara)

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, faça favor de continuar.

O Orador: ... eu tentarei cingir-me, por respeito ao nosso Regimento, a uma declaração de voto.

Também para dar um contributo para o esclarecimento aos nossos concidadãos, que com certeza na próxima semana terão a oportunidade de ler um artigo de opinião assinado pelo Sr. Deputado Artur Lima a dizer que o Partido Socialista se recusou...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E é verdade!

O Orador: ... a debater esta matéria, farei então uma declaração de voto.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não aprovou esta urgência não porque queira impedir a sua discussão,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quer!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É uma discussão a prestações!

O Orador: ... mas, sim, porque entende que é importante aprofundar a sua discussão em sede de Comissão Parlamentar.

É por isso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não aprovou este pedido de urgência.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: E vai, como sempre, com toda a seriedade e empenho, apreciar este diploma em sede de Comissão Parlamentar, porque julgamos, tendo em conta a matéria e aquilo que está em causa neste diploma, que é pertinente e importante discutir isto em Comissão, chamar personalidades e individualidades entendidas nesta matéria...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem?

O Orador: ... à Comissão para dar o seu contributo sobre esta proposta e, sobre esta matéria, ter também algum esclarecimento, se possível, por parte do Governo da República.

Sabemos, por exemplo, que há algum tempo o Governo da República tem em sua posse uma proposta, do então Governo dos Açores, relativamente a esta questão, sobre a qual não deu qualquer tipo de resposta.

Portanto, julgamos que é importante e pertinente que esta matéria seja abordada e discutida em sede de Comissão Parlamentar. É por isso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não aprovou este pedido de urgência. Não quer impedir a discussão, quer sim aprofundá-la na Comissão Parlamentar que tem competência sobre este assunto.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor disse que o atual Governo Regional fez uma proposta ao Governo da República?

Deputado Berto Messias (PS): Não, não!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sim, sim!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Foi, foi!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao aparte do Sr. Deputado Francisco César, queria dizer-lhe que a partir de agora vou começar a inscrever-me sempre antes de si, para que tenha a

oportunidade de discutir comigo. Deixo aqui a minha palavra de honra. O senhor indica-me quando é que vai falar e eu inscrevo-me antes de si e depois nós vemos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado, passemos à declaração de voto.

O Orador: Quero dizer-vos também o seguinte:

Quero prestar aqui a minha homenagem à Mesa desta Assembleia, em particular à Sra. Presidente.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu penso que o que aqui foi dito pelo líder parlamentar do Partido Socialista, num registo que até não é o habitual do Sr. Deputado Berto Messias, que é sempre bastante institucional, falar em “pontapés ao Regimento ao longo de toda a manhã”, descredibilizando aquela que foi a orientação dos trabalhos da Sra. Presidente, não lhe fica bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

Eu devo dizer que assisti a toda a manhã a pressões por parte do Governo e por parte dessa bancada para instrumentalizar as decisões da Sra. Presidente.

A Sra. Presidente mostrou uma inteireza de decisão que eu admiro e quero aqui referenciar.

Deputado Luís Maurício (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Uma independência na condução dos trabalhos, mantendo o seu critério com independência.

Eu registo isso e penso que é de registar nesta casa.

Deputado Luís Maurício (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A questão que estamos aqui a falar é urgente.

Todos estes assuntos, do ponto de vista das decisões, da fundamentação política e da fundamentação técnica, já aqui foram analisados há dois anos.

Temos estas decisões. Temos esses estudos.

O que é que falta para deliberarmos com urgência sobre esta questão não remetendo durante meses e meses para uma decisão posterior?

O que é que falta, meus senhores?

Não falta nada! Falta uma decisão política e falta que a oposição aceite neste caso uma proposta que o CDS apresenta, que é urgente, que é bem fundamentada e é fundamental.

Os senhores não conseguem aceitar a participação pluralista, o contributo pluralista e positivo das oposições.

Foi o que aqui foi discutido e foi uma decisão absolutamente lamentável, que demonstra um défice democrático de V. Exa. muito apreciável.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Queria, em primeiro lugar, subscrever integralmente a primeira parte da declaração de voto do Sr. Deputado Paulo Estêvão no sentido de rejeitar a avaliação feita pelo Sr. Deputado Berto Messias sobre os trabalhos da parte da manhã do nosso plenário.

E reafirmar que nós aqui não damos “pontapés em ninguém”, em última análise, porque a condição dos trabalhos está a cargo da Presidente da Assembleia Legislativa e ela com certeza nunca o permitirá.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): O abuso do Regimento é dos Srs. Deputados!

A Oradora: Depois, dizer também, que a perspectiva de que apenas haja um artigo de opinião sobre esta matéria pode sair gorada. Pode haver até mais do que um artigo de opinião sobre esta matéria e sobre a avaliação daquilo que aqui se passou hoje de manhã.

Finalmente dizer que eu, e o Bloco de Esquerda, partimos do princípio que, com toda a seriedade, empenho e aprofundamento, foi estudado e trabalhado, em sede de Comissão de Política Geral, o Projeto de Resolução apresentado há 3 anos pelo CDS sobre esta matéria.

Não havendo nada a acrescentar, a não ser que os Açores continuam exatamente na mesma e sem os instrumentos e os equipamentos absolutamente necessários a que têm direito para a cobertura integral da nossa Região, em termos de radares meteorológicos, passados três anos isto não pode ser mais urgente e não há que aprofundar coisa nenhuma, não há que ouvir mais ninguém, não há que estudar mais coisa nenhuma.

Há que dotar esta Região daquilo que ela não tem e todas as outras regiões do país têm. Como?

Através da aprovação da proposta do CDS.

O Governo Regional e o Governo da República que se entendam sobre esta matéria e como é que o vão fazer.

Vamos discutir o quê?

Vamos estudar outra vez o quê em sede de Comissão, durante mais não sei quanto tempo?

Não vemos qual é o objetivo.

Muito obrigada.

Deputado Francisco Coelho (PS): Extingam-se as comissões!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias (Líder do Grupo Parlamentar do PS, e maioria), o PS ainda não manda no Regimento desta Casa.

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Aparte inaudível do Deputado Berto Messias)

O Orador: Existem regras e a oposição cumpriu as regras existentes.

Eu percebo que existe um profundo desejo de mandar em tudo nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas nesta casa não mandam. Cumprem-se as regras desta casa e ninguém fugiu às regras do Regimento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD lamenta profundamente que o PS atire um assunto tão importante para a Comissão.

O assunto já foi amplamente debatido em plenário, foi amplamente debatido em Comissão, em 2010.

Deputado José San-Bento (PS): As comissões servem para quê?

O Orador: Nestas questões de segurança das populações, que está em risco a vida das pessoas,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... não podemos perder tempo, mais ainda quando temos entre nós o principal protagonista de então (e continua cá!), o agora Deputado José Contente que foi contra esta Resolução.

Tenha a coragem agora de assumir que continua contra a instalação dos radares nos Açores.

Queremos que o PS frontalmente assuma a responsabilidade do que foi em 2010 e do que é agora em 2013.

Presidente: Sr. Deputado, tem que se cingir à declaração de voto.

O Orador: É uma declaração de voto, porque não compreendemos que o assunto tendo sido debatido, estando cá o principal protagonista,...

Deputado Isabel Almeida Rodrigues (PS): Uma declaração de voto não é sobre o que o senhor não entende!

O Orador: ... o PS atire essa questão para a Comissão, talvez na esperança de que o assunto só suba a esta casa depois de outubro.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Acabou de declarar a derrota na Câmara de Ponta Delgada! Quer dizer que ele vai ganhar as eleições! Muito obrigado! Genial!

Deputados Berto Messias e Domingos Cunha (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

(Apartes inaudíveis entre alguns Deputados da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados....

(Apartes inaudíveis entre alguns Deputados da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço alguma calma para que possamos continuar os nossos trabalhos e não impedirmos o decorrer normal deste plenário que até estava a correr tão bem.

O Sr. Deputado José Contente tinha pedido a palavra.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, queria fazer um protesto!

Presidente: Mas regimentalmente não é possível fazer um protesto a declarações de voto. Por isso não lhe posso dar a palavra.

Deputado José Contente (PS): Fica registado!

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, uma interpelação para solicitar à Mesa, se possível, que forneça cópia ao Grupo Parlamentar do CDS e a esta casa da declaração de voto do Sr. Líder Parlamentar do Partido Socialista, constante no Diário das Sessões, para esclarecer se efetivamente era ao novo ou ao velho governo a que ele se referia, porque isso faz toda a diferença. Pedia com urgência à Mesa que nos fizesse chegar isso.

Deputado Berto Messias (PS): Mas eu posso esclarecer já!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional da Educação:

A Representação Parlamentar do PCP votou favoravelmente a urgência pelos motivos já aqui expostos e porque de facto consideramos que há uma necessidade urgente de que este assunto seja resolvido.

Sabemos que os radares meteorológicos não evitam coisa nenhuma, mas ajudam sobretudo na prevenção e no acionamento dos meios de prevenção.

Portanto, não faz nenhum sentido que esta questão não esteja resolvida e que mais uma vez vá para a Comissão e depois sabe-se lá o destino que ela terá.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): O destino é ir à comissão!

Deputado Berto Messias (PS): Estamos a falar das comissões parlamentares!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires faça favor de continuar.

O Orador: Quero ainda acrescentar o seguinte:

Na opinião da Representação Parlamentar do PCP o Regimento nem foi torpedeado, nem foi pontapeado por ninguém. Foi utilizado legitimamente da forma que cada uma das bancadas parlamentares assim o entendeu.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Para uma interpelação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu não fiz nenhuma interpelação ao Sr. Deputado! Isto é que é atropelar o Regimento!

O Orador: Sra. Presidente, tendo em conta que na interpelação que me antecedeu, feita pelo Sr. Deputado Artur Lima, e que referiu aquilo que eu disse, gostaria de deixar claro aquilo que disse.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fiz o pedido, não pedi o esclarecimento!

O Orador: Posso eventualmente ter-me expressado mal.

Aquilo que eu disse foi que no âmbito da importância disto ser melhor apreciado na Comissão, houve também uma proposta enviada ao Governo da República, por parte do antigo Governo Regional, para apreciar esta matéria, a qual também não temos resposta.

O Sr. Deputado Artur Lima pelos vistos preocupa-se é com a cor partidária do Governo da República.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não posso admitir isto!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Orador: O Sr. Deputado António Ventura preocupa-se com a data das eleições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas o que é isto?

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Nós preocupamo-nos em defender os Açores e os açorianos,...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: ... independentemente do calendário eleitoral e do partido que governa o nosso país.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, em nome da Mesa, não posso deixar de fazer aqui um registo.

Falou-se muito do Regimento.

Não há dúvida que o Regimento é a nossa “Bíblia” e é com base nele que temos que seguir os nossos trabalhos.

Não é menos verdade que a emoção e o calor do debate, que também é preciso e que muitas vezes surge de forma espontânea e não refletida, faz com que haja algum excesso.

A Mesa tem tido sempre o cuidado de dar alguma latitude e de, de certa maneira, conduzir os trabalhos de maneira imparcial, mas com um objetivo muito claro, que se possa debater com respeito e dentro das matérias que estão em causa.

É este apelo que vos faço.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Faltam dois pontos para terminarmos a nossa Agenda da Reunião.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grande lição!

Presidente: Que possamos manter a dignidade que esta casa nos exige e que todos os açorianos exigem de nós.

Portanto, compete-nos a nós passar esta imagem de elegância, de moderação e de respeito uns pelos outros.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem, Sra. Presidente!

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Vamos continuar.

O Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para uma interpelação?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Vamos fazer o nosso intervalo para almoço, uma vez que é meio-dia e vinte cinco.

Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 20 minutos.

(Após o intervalo, o Sr. Deputado Rogério Veiros substituiu a Sra. Deputada Bárbara Chaves na Mesa da ALRAA)

Presidente: Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 07 minutos

Entramos no ponto 18 da Agenda da Reunião com o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o **Projeto de Resolução n.º 31/X – “suspensão temporária das obrigações relativas ao crédito à habitação”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

É óbvia a urgência apresentada, na perspetiva do PSD-Açores, relativamente a este Projeto de Resolução, uma vez que ele se aplica a um conjunto de situações que

estão a ser cada vez mais vulgares, ou estão a alastrar cada vez mais na sociedade açoriana, em função da situação crítica que vivem as empresas, que é a situação de salários em atraso.

Isso cria a necessidade de medidas que se centrem designadamente em função das faltas de cumprimento de algumas obrigações de algumas famílias que são afetadas pela ocorrência de salários em atraso, obrigações essas que colocam designadamente em causa um direito fundamental, que é o direito à habitação por parte das pessoas.

Portanto, é uma situação que urge resolver, pelo menos para resolver a situação temporária debilitada dessas mesmas famílias.

Nessa perspetiva entendemos que a urgência se justifica de sobremaneira.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Há pouco foi aqui questionado, a propósito de uma votação de urgência, como é que o PS tinha coragem de fazer baixar a uma comissão um assunto tão importante.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que é que estamos a discutir, Sra. Presidente?

O Orador: Estamos a discutir a urgência, Sr. Deputado. Não se preocupe. Ao contrário de outras situações eu serei muito explícito.

O que quero aqui reafirmar é que para o Partido Socialista, quando se aprecia essas questões relacionadas com a urgência e a dispensa de exame em Comissão, nós não estamos a falar da importância subjetiva do assunto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é subjetiva, é substancial!

O Orador: Estamos a falar da pertinência objetiva que a matéria tem.

Para si pode não fazer diferença. Para nós faz toda a diferença.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É português!

O Orador: Por isso mesmo queria aqui reafirmar que independentemente de irmos votar a favor desta urgência, o Partido Socialista não tem, nem nunca teve, a ideia de que um tratamento daquilo que é um processo legislativo comum, em que os assuntos devem por regra seguir para as comissões, represente a menorização do que quer que seja. Isso tem que ficar bem claro, hoje, aqui, face àquilo que foi dito. Era esse esclarecimento que eu queria aproveitar para fazer à câmara, informando obviamente também o nosso sentido de voto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Naturalmente vamos votar favoravelmente esta urgência, porque é um assunto premente, do dia-a-dia das famílias. Acho que merece a nossa aprovação e discussão imediata nesta matéria, como aliás também achávamos de manhã que era de extrema urgência ter sido aprovado o assunto, discutido e resolvido.

Deputado José San-Bento (PS): Foi para o Sr. Deputado António Ventura e não para si!

O Orador: O nosso critério é sempre o mesmo. É a urgência da substância e depois discutir essa mesma substância.

Somos coerentes...

Deputado José San-Bento (PS): Nós também!

O Orador: ... de manhã, somos coerentes à tarde, seremos coerentes amanhã.

Vamos votar favoravelmente esta urgência, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tendo sido aprovado o pedido de urgência, passamos para o ponto 19.

Para a apresentação do **Projeto de Resolução n.º 31/X – “suspensão temporária das obrigações relativas ao crédito à habitação”**, tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD)**: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A questão foi apresentada de uma forma muito ao de leve na apresentação do pedido de urgência. Tem efetivamente a ver com a situação crítica que se vive a nível da economia dos Açores em que as empresas atravessam um período de enormes dificuldades, o que obviamente se reflete também na vida de quem delas depende, designadamente nas famílias cujos membros do seu agregado familiar obtêm os seus rendimentos nas empresas em que prestam trabalho.

Estamos numa situação em que as famílias vivem um período muito difícil em termos sociais. Efetivamente existe uma situação de crise.

Verifica-se efetivamente que as famílias e as empresas se confrontam com quebras de atividade muito substanciais, desde há vários anos, com maior expressão no período mais recente e que estas dificuldades produzem fortes consequências.

Há dois setores que reconhecidamente são aqueles em que a situação é mais grave. Fá-lo, designadamente do setor da construção civil onde muitos dos investimentos feitos no setor se encontram agora perfeitamente desperdiçados e em que se tem processado de uma forma arrasadora a dispensa de trabalhadores que naturalmente engrossam o forte desemprego que temos atualmente.

O mesmo se passa também no setor do turismo.

Soubemos, há dois ou três dias, de mais uma quebra substancial no número de dormidas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Substancial? Enorme!

O Orador: ... quebra essa que se segue a quebras verificadas em anos anteriores. Portanto, a tendência é de quebra. Designadamente, desde 2006/2007, essa quebra tem sido a pedra de toque relativamente ao funcionamento deste setor.

Neste caso, obviamente existindo também investimentos de monta, investimentos muito significativos com os quais os empresários do setor responderam ao desafio

que lhes foi feito pelo Governo e designadamente em matéria de estabelecimentos hoteleiros, sabemos hoje em dia da existência de inúmeros estabelecimentos que se encontram encerrados.

Soubemos há dois dias, ou ontem (penso que no final de anteontem)...

Deputado José San-Bento (PS): Não me fale disso!

O Orador: ... de um hotel, que se situa mais próximo desta Assembleia, que fechou ou vai encerrar as suas portas, engrossando, julgo que, os 8 que ao nível de todas as ilhas da Região se encontram já encerrados, naturalmente com a consequente dispensa de trabalhadores.

Aqueles estabelecimentos, nestes dois setores, que não encerraram, encontram-se a braços com fortes dificuldades, inclusivamente para solver os seus próprios compromissos.

Existe também, naturalmente por um efeito de arrastamento, outros setores que, quer por via das situações que decorrem de dois setores tão importantes como o turismo, quer também (porque não dizê-lo mais uma vez e o PSD assim o conhece) pelo facto de existir uma política de austeridade em termos nacionais, se tem revelado penalizadores da própria atividade económica nos Açores.

Será que existem nos Açores, hoje em dia, setores onde não se reflita a situação de crise vivida de uma forma generalizada?

O setor do comércio é provavelmente aquele onde temos visto existir mais consequências. Existem estabelecimentos a encerrar, existe encerramento de atividade por falta de negócio.

Designadamente ao longo dos tempos mais recentes existe ainda um outro setor que mais tem penalizado o próprio funcionamento da economia açoriana, que é a questão dos atrasos de pagamento (voltamos sempre aos atrasos de pagamento, mas eles são evidentes hoje em dia), com origem nas entidades de natureza pública, em alguns setores de uma forma mais evidente, como é o caso do setor da saúde, mas que são de alguma forma transversais a toda a administração pública regional e àquilo que existe como satélite da própria Administração Pública Regional, que é todo o conjunto do setor Público Empresarial Regional.

É efetivamente uma situação grave. Aliás, já foi objeto de uma declaração política por parte do Partido Social Democrata e foi abordada também por outros partidos, designadamente pelo Bloco de Esquerda relativamente às IPSS ...

Deputado José San-Bento (PS): Em que se provou que não tinham razão!

O Orador: ... onde terminámos a discussão hoje mesmo.

É uma situação que penaliza fortemente a atividade das empresas criando aqui até uma situação que devia ser exemplar de um governo bom pagador, que se transmitiria ao resto de toda a economia. Aqui temos um mau exemplo de um governo que não paga o que deve no momento que o deve pagar e naturalmente prova também um efeito em cadeia que é absolutamente pernicioso.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está a estragar a sua proposta!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E a contradição!

(Aparte inaudível do Deputado José San-Bento)

O Orador: Sr. Deputado, eu agradeço que entre, no mínimo, pela primeira vez, numa discussão com seriedade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Oh, senhor! Eu não lhe admito isso!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Tenha calma!

O Orador: Estão em causa trabalhadores com salários em atraso. Portanto, seja sério...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A coisa estava a ir tão bem!

O Orador: ... e tente resolver o problema dos Açores. Seja sério no debate político.

O principal problema que a sociedade açoriana hoje enfrenta é por isso também resultado desta situação que vive o setor empresarial e que tem como principal indicador de referência, de uma forma negativa, um universo de 20 mil açorianos desempregados.

No entanto, há outros efeitos que se têm vindo a gerar. Desses efeitos que se têm vindo a gerar, o mais importante é a ocorrência de salários em atraso ao nível de muitas empresas, de uma forma que tem sido crescente e tem-se alastrado significativamente.

Concretamente neste caso, essas situações de salário em atraso refletem-se na vida dos açorianos, refletem-se na vida das famílias açorianas,...

Deputado José San-Bento (PS): Não têm formação!

O Orador: ... que naturalmente têm uma série de compromissos que assumiram em função da expectativa de rendimentos que viriam a obter ao longo de um determinado período.

Esses rendimentos não são obtidos, porque existem salários em atraso...

Deputado José San-Bento (PS): Mas isso não faz parte da resolução!

O Orador: ... e conseqüentemente não conseguem satisfazer essas responsabilidades, sendo designadamente a mais significativa a responsabilidade relativa à aquisição de habitação própria, que dá origem ao mais que habitual crédito à habitação que solicitam junto das instituições de crédito.

Inclusivamente é uma situação que se passa no público mais jovem. Existem, como todos sabemos, um desemprego jovem muito significativo. Dois em cada cinco jovens, não têm neste momento emprego nos Açores, não conseguem a sua integração no mercado de trabalho.

Há o caso de muitas famílias jovens, como é normal no início de uma vida familiar, que têm como um dos seus objetivos a aquisição de casa própria. É a expectativa normal por parte de todos.

Entretanto, pela situação de desemprego em que vivem elas próprias, face a salários em atraso, estão efetivamente com a impossibilidade de solver os seus compromissos a esse nível.

Portanto, é uma situação dramática que cria, pelo menos temporariamente, a incapacidade de regularizar os compromissos existentes junto das instituições de crédito, já que se trata de pessoas que nem estão a obter os rendimentos que deveriam provir da sua atividade laboral, da sua prestação de trabalho, mas por

outro lado também não se encontram na situação de desemprego que lhes permitiria obter as prestações relativas ao subsídio de desemprego.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é que é essencial!

O Orador: Há a inexistência absoluta de rendimentos que não permite a essas pessoas solverem os seus compromissos bancários.

É exatamente por esse motivo que o PSD entendeu apresentar este Projeto de Resolução que contém 3 pontos essenciais:

O primeiro recomenda-se ao Governo no sentido de estabelecer protocolos com as instituições financeiras no sentido de suspender temporariamente as situações ou os processos de crédito à habitação relativos às pessoas que se encontram na situação de salários em atraso. Portanto, suspender temporariamente o pagamento das respetivas amortizações, o que deverá decorrer até que a situação dos salários em atraso perdure.

O segundo ponto diz que “a ocorrência da situação de salários em atraso deverá ser devidamente definida, aferida e comprovada pelos serviços do Governo Regional”. Obviamente só o Governo Regional é que tem possibilidade, designadamente através da Inspeção de Trabalho,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Inspeção Regional de Trabalho! Muito bem!

O Orador: ... de conferir a existência de uma situação de salários em atraso, devendo ser definido quando é que se considera que determinada empresa, determinado conjunto de trabalhadores, estão na situação de salários em atraso, se é um, se é dois, se é três meses, depois de ter ocorrido a primeira situação nesse domínio.

Finalmente um terceiro ponto que se refere à ajuda que o Governo pode dar a este tipo de situações. Essa ajuda será através do pagamento do juro, mas não do juro que consta do próprio processo.

Como sabemos, na grande maioria dos casos, trata-se de empréstimos que depois são pagos a quotas constantes de capital e juro (não interessa agora desenharmos o que é que é essa situação), mas há um determinado capital que fica em dívida quando a situação de salários em atraso ocorre.

Os juros que poderiam corresponder seria a aplicação da taxa contratual, da taxa que está definida no próprio processo de crédito à habitação do trabalhador em causa, multiplicado pelo capital em dívida que existir no início do processo de salários em atraso.

Isto é um Projeto de Resolução. Obviamente que o PSD sabe que todos estes domínios deverão ser regulamentados.

Esta é uma solução possível para ajudar estas famílias que se encontram em situação crítica, outras existirão.

Quero dizer neste momento que outras soluções que sejam possíveis de serem enquadradas neste Projeto de Resolução e que obriguem a alteração de alguns dos termos que vêm definidos nos números 1, 2 e 3, por forma a torná-la uma solução que seja considerada, por parte de qualquer um dos partidos desta casa ou do próprio Governo, mais adequada, o PSD, uma vez que é um Projeto de Resolução, está perfeita e completamente disponível para qualquer alteração ao texto correspondente a esses números deste Projeto de Resolução.

O PSD está igualmente aberto, dada a necessidade de regulamentação deste Projeto de Resolução ou daquilo que resultar do estabelecimento destes protocolos, como sempre tem demonstrado ao longo desta legislatura, para trabalhar no sentido de construir uma solução.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Aquilo que consideramos absolutamente essencial, e é o único objetivo deste Projeto de Resolução, é resolver os problemas das pessoas, com esta solução ou com uma solução alternativa. Agora o que não pode deixar é estas pessoas à sua conta. Estas pessoas precisam de ser ajudadas.

Neste sentido o PSD encontra-se completamente aberto para quaisquer soluções que pretendam introduzir.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaria de manifestar, em nome do Governo dos Açores, a nossa satisfação pela apresentação desta proposta por parte do PSD.

É uma satisfação, porque esta proposta contraria claramente a narrativa e o argumentário que o PSD tem apresentado nesta casa. Por duas ordens de razão: afinal, com esta proposta se comprova que o PSD diz uma coisa, mas no fundo não acredita no que diz.

Diz uma coisa, e na prática faz outra contrária ao que diz.

Esta proposta reconhece que afinal é possível e que existe disponibilidade financeira na região, e que existe uma situação orçamental na Região que permite criar mais medidas de apoio à família e permite criar mais medidas compensatórias na nossa Região.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É o reconhecimento desta realidade que encerra esta proposta e por isso é com satisfação que a encaramos.

Em segundo lugar, esta proposta também reconhece, ao contrário do que dizia o PSD, que afinal o Memorando de Entendimento que os Açores assinaram com a República não impedia a criação de novas medidas compensatórias, porque se impedisse o PSD não podia apresentar esta proposta.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Também há essa disponibilidade para pagar as dívidas todas!

O Orador: Em terceiro lugar (e é essencial), é importante e fundamental este contributo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem o senhor conhece o Memorando da Troika!

O Orador: É um contributo que reconhece que, afinal, nos Açores, é possível reforçar o apoio às famílias e às empresas.

Não acredito que na República, o mesmo partido, por masoquismo ou por falta de vontade, não faria aquilo que o PSD está a propor nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tivemos um Sócrates lá!

O Orador: O que nos distingue com certeza não é a maior sensibilidade social do PSD dos Açores, é sim, porque felizmente os Açores têm uma situação financeira e orçamental que permite adotar medidas que na República não permite.

É por isso esta a satisfação com que encaramos esta proposta.

Depois de manifestar esta satisfação vamos ao seu conteúdo.

Esta não é uma proposta operativa. É uma recomendação.

Como recomendação, o Governo concorda com essa recomendação.

Esta medida (tenho que lhe dizer) é extremamente incompleta. Tem ainda muito trabalho pela frente a fazer, porque não salvaguarda dois aspetos essenciais: esta proposta não assegura que as famílias abrangidas não terão, no futuro, um aumento de custos pelos seus empréstimos bancários; nem assegura que os bancos não terão um aumento de proveitos em relação àqueles que têm.

Por isso esta proposta é incompleta e carece de um grande aperfeiçoamento.

Deputado Berto Messias (PS): Essa peça legislativa necessita “de”!

O Orador: Se assim não for, arriscaríamos nesta casa a estar apenas a decidir que os bancos devem ter mais dinheiro transferido da Região e corremos o risco de imputar às famílias mais custos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Exatamente!

O Orador: Por isso esta proposta não pode ser executada como está, mas como é apenas uma recomendação aceitamos e concordamos com o seu princípio. Agora a verdade dos factos é que, perante esta recomendação, o Governo não só quer como vai fazer muito mais e melhor do que aquilo que o PSD propõe nesta Casa.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Neste sentido quero dizer-vos que, repetindo a aceitação da proposta, o Governo perante este facto, considera que devemos ir muito mais além do que aquilo que o PSD propõe. Temos que ser muito mais rigorosos na abordagem desta questão para garantirmos os três aspetos essenciais:

1º - Que as famílias não tenham aumento de encargos e aumento de dificuldades;

2º - Que os bancos não beneficiem com esta negociação;

3º - Que a Região disponibilize efetivamente recursos e apoios para as famílias e não para os bancos.

Neste contexto, quero dizer-vos que o Governo aceita a proposta, mas tem, perante esta proposta, o desafio de fazer muito mais e melhor do que o PSD propõe.

Esse desafio vamos executá-lo e vamos vencê-lo, a bem dos Açores e dos açorianos.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

A preocupação com a situação económica que se vive, designadamente com o desemprego, com a precariedade, com os salários em atraso, é certamente uma preocupação transversal a todas as bancadas com assento neste Parlamento.

Relativamente a este Projeto de Resolução que o PSD traz aqui, e que traz associada e subjacente uma preocupação com os trabalhadores que têm salários em atraso, permitam-me V. Exas. que lhes diga que, no fundo, aquilo que V. Exas. estão a fazer é a legitimar os salários em atraso. Não é a preocupação com os trabalhadores. É legitimar os salários em atraso.

Podem encarar como muito bem entenderem, mas a verdade é esta. Aquilo que estão a pedir é um aumento da despesa pública. Eu ainda não sei muito bem como é que o Sr. Vice-Presidente irá resolver,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Acaba-se o subsídio de desemprego para legitimar o desemprego!

O Orador: ... metendo dinheiro na banca em nome do apoio aos trabalhadores, portanto, aumentando a despesa pública.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, é contra a despesa pública?

O Orador: Também não sei muito bem como é que o Sr. Vice-Presidente irá fazer isso, mas como o Sr. Vice-Presidente já disse que vai aperfeiçoar a vossa proposta,

ficaremos atentos para verificarmos como é que o Sr. Vice-Presidente e o Governo Regional resolvem este problema.

De facto, este Projeto de Resolução é um festival de demagogia. Mas não é só!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso na boca do PCP fica um mimo! Uma pérola!

O Orador: É também um exercício de hipocrisia política e é caracterizado como uma chuva de eufemismos. Passaria até a exemplificar.

Quanto à hipocrisia política, gostaria de dizer o seguinte:

V. Exas. criticam e assumem aqui as políticas de austeridade como se nada tivessem a ver com isso. É evidente que elas dependem do acordo da troika, mas dependem sobretudo da implementação de medidas que foram aduzidas ao Memorando da Troika pelo Governo de Pedro Passos Coelho e de Paulo Portas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: V. Exas. não se podem esquecer que andaram a pedir aos açorianos para votar em Pedro Passos Coelho. Portanto, estamos a sofrer as consequências disso. É por isso é que esta proposta é hipócrita.

Quanto à questão dos eufemismos, vou tentar dar aqui alguns exemplos:

Na página 2, parágrafo 1, dizem V. Exas.: “redução substancial dos seus negócios”.

Não, meus caros senhores! A isto chama-se recessão! É esta a palavra adequada. Mas tem mais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Na Coreia do Norte eles não roubam! Vivem num estado social!

O Orador: Página 2, parágrafo 3: dispensa de trabalhadores.

Dispensa de trabalhadores?! A isto chama-se despedimento.

Não é trabalhadores que V. Exas. dizem, é colaboradores. Não sei por quê? Têm algum problema com o trabalho, com os trabalhadores.

Também na página 2, parágrafo 4, dizem V. Exas. que os salários em atraso são preocupantes e provocam apreensão.

Efetivamente são graves e inaceitáveis. Aquilo que V. Exas. estão aqui a procurar fazer é a legitimar os salários em atraso.

Dizem ainda na página 3, parágrafo 1, que os salários em atraso causam um enorme constrangimento.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Então o senhor concorda?

O Orador: Não causam um enorme constrangimento! Causam pobreza! Causam miséria!

V. Exas. chamem os nomes que devem chamar às coisas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apresente qualquer coisa sobre isso!

O Orador: Dizem também que os trabalhadores são prejudicados pelos salários em atraso.

São efetivamente prejudicados.

Deputado Costa Pereira (PSD): O seu almoço estava estragado!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Roubados!

O Orador: Mas eu diria que quando há um salário em atraso os trabalhadores são roubados.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Como é que adivinhei?!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Como lá na Coreia do Norte!

O Orador: É-lhes subtraído um direito fundamental.

Portanto, V. Exas. trazem-nos aqui um Projeto de Resolução eivado de demagogia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E na China? Qual é o salário mínimo na China?

O Orador: Para esta chuva de eufemismos, eu podia procurar até mais alguns exemplos. É, de facto, um exercício de hipocrisia com o qual procuram legitimar a situação dos salários em atraso.

Depois, há aqui uma outra questão.

A Representação Parlamentar do PCP até poderia eventualmente aprovar este Projeto de Resolução. Poderia aprovar se não tivesse o ponto 3 da parte resolutiva...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O que é que o senhor diz sobre as condições de trabalho na Coreia do Norte?

O Orador: ... em que, como já foi dito pelo Sr. Vice-Presidente e parece-me que ninguém vai contrariar isso, estão a pedir que as finanças públicas, que o erário público, pague à banca uma parte dos juros, ainda que não todos os juros.

Portanto, para além de V. Exas. estarem a reconhecer aquilo que já aqui foi dito pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, ainda quero ver como é que vão resolver o aumento da despesa pública.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor quer que as pessoas fiquem sem casa!

O Orador: Srs. Deputados, aquilo que lhes queria dizer e queria lembrar a esta câmara, mas também às açorianas e açorianos que nos ouvem...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor quer que eles vão para a rua!

O Orador: ... é o seguinte:

Estamos a viver esta situação por algum motivo. O motivo reside nas opções políticas e económicas que têm sido tomadas nos últimos anos no nosso país.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor apresenta os motivos e nós as razões!

O Orador: Essas medidas, essas opções que têm sido tomadas, têm responsáveis. No momento, os principais responsáveis são V. Exas, porque continuam a retirar rendimento a quem trabalha, por via direta e indireta, e essa diminuição de rendimento está na origem desta recessão que estamos a viver e essa recessão é provocada exatamente pelo partido que V. Exas. aqui representam.

Portanto, se querem dar um contributo para que esta situação não se verifique, não é com apoio aos salários em atraso, é para que esta situação se resolva e que a economia funcione. O que é fundamental é que a economia funcione, porque se a economia funcionar não há salários em atraso, não há despedimentos.

V. Exas. têm estado a provocar isso mesmo. Têm estado a provocar a recessão.

Portanto, não venham agora aqui tentar benzer esta situação e justificar situações de ilegalidade, porque as situações de ilegalidade não devem ser abençoadas, como V. Exas. aqui pretendem fazer. Querem abençoá-las!

As situações de ilegalidade, como são as dos salários em atraso, devem ser punidas, como V. Exas. muito bem sabem, mas entretanto a vossa posição continua a ser a do apoio ao setor financeiro. É isso que V. Exas. querem e é exatamente esse o caminho que já toda a gente verificou (menos V. Exas) que não é o caminho certo.

Ponha-se a economia a funcionar!

Haja uma outra política salarial no nosso País!

Baixar os impostos, isso sim!

Deputado Costa Pereira (PSD): Só na Coreia do Norte é que é assim!

O Orador: Agora, ir buscar ao erário público para meter na banca, ir buscar ao erário público para legitimar situações que são ilegais, não contem com o PCP para isso.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Obviamente que o Bloco de Esquerda acompanha a preocupação expressa e diagnosticada neste Projeto de Resolução do PSD, no sentido de dar resposta a um problema social, que resulta de salários em atraso existentes na nossa Região para com numerosos trabalhadores, que por essa mesma razão não conseguem cumprir os seus compromissos para com a banca, nomeadamente ao nível dos seus créditos à habitação, em diversos setores, construção civil, turismo, comércio e em tantos outros.

Esta preocupação obviamente é louvável e acompanhamo-la, tal como também acompanhamos a sensibilidade para o problema, sensibilidade essa que levou o PSD a apresentar este Projeto de Resolução nesta câmara.

O que nós não acompanhamos são as soluções, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente. Vamos passar a explicar por quê.

Desde logo, não podemos deixar de identificar uma incoerência claríssima. É que ainda não há muito tempo o PSD, na Assembleia da República, teve a oportunidade de legislar...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: ... para este tipo de pessoas, de trabalhadores com salários em atraso, porque os há também aos milhares e milhares no Continente, e não o fez.

Além de não o ter feito, reprovou (chumbou!) uma proposta do Bloco de Esquerda que exatamente respondia à necessidade de garantir que as famílias com dificuldades económicas evidentes, que não podem cumprir os seus compromissos com a banca, têm que ser de alguma maneira ajudadas.

Portanto, há aqui uma incoerência, que não me atrevo a dizer que é de sensibilidade, mas pelo menos política (não tenho a mínima dúvida)...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O PSD nos Açores é mais sensível!

A Oradora: ... entre as preocupações com os trabalhadores no Continente e as preocupações com os trabalhadores na Região Autónoma dos Açores.

Segunda razão por que nós não concordamos com a solução:

A proposta do PSD, aliás, no seguimento da lei nacional que acabei de referir, salvaguarda sempre os interesses da banca, salvaguarda sempre os ganhos da banca e chega mesmo a ser mais papista que o Papa.

Por que é que eu digo isto? Porque, Sras. e Srs. Deputados, nos Estados Unidos, por exemplo, que é um país talvez mais liberal ao nível da banca, quando as famílias não podem cumprir os seus compromissos com o crédito à habitação, entregam a casa e saldaram a dívida. Não têm mais nada que pagar.

Estamos a falar de um país que é o exemplo máximo do neoliberalismo. É assim que se passa lá.

Pelo contrário,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Portugal continental!

A Oradora: ... quando sabemos que a banca, Sras. e Srs. Deputados, foi a principal responsável pela crise das dívidas soberanas de vários países na Europa, que foi a principal responsável pela economia de casino e de finanças que implantou ao nível global toda a desgraça que graça no País, no Mundo e na Europa,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: ... em Portugal fazemos da banca uma entidade sacrossanta que não é possível beliscar e que nunca fica a perder.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: Tem sempre garantido todos os ganhos e nunca nenhum prejuízo. Ao contrário do discurso do Sr. Primeiro-Ministro, nunca dividiu com os outros portugueses e com os contribuintes que a salvam diariamente.

Ou já nos esquecemos dos milhares de milhões que foram para o BPN, tirados dos bolsos dos contribuintes portugueses e dos contribuintes açorianos também?

Ainda não nos esquecemos!

O Bloco de Esquerda ainda não se esqueceu!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem lembrado!

A Oradora: A banca, em alguma parte deste país (e nós esperamos que possa ser na Região Autónoma dos Açores, governada por um governo suportado pelo Partido Socialista), em algum momento, vai ter que repartir com os portugueses, com os contribuintes portugueses, os sacrifícios e a austeridade que, segundo o Primeiro-Ministro, estão tão bem repartidos, mas que na opinião do Bloco de Esquerda são sempre impostos aos mesmos. A banca fica sempre incólume.

Sendo assim, e uma vez que o PSD manifestou uma abertura (que nós saudamos!) no sentido de qualquer partido poder apresentar uma proposta de aditamento ou de alteração de um dos artigos, ou aditamento de outro artigo ao seu Projeto de Resolução, no sentido de o poder melhorar, obviamente na opinião do promotor, nós temos uma proposta muito clara a fazer ao PSD, aditar um ponto 4 cujo teor seria este:

Recomendar ao Governo que estude, no quadro do artigo 20º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A nacionalização da banca!

A Oradora: ... em articulação com o artigo 53º e 55º da Lei de Finanças Regionais, uma tributação suplementar sobre a banca que exerce atividade na região, por forma a constituir um fundo que dê resposta ao ponto 3 da resolução do PSD.

Dito de outra maneira.

Quando os senhores dizem, “o Governo Regional que estabeleça um protocolo com a banca”, mas quem é que vai pagar? O dinheiro do Governo Regional é o nosso dinheiro, é o dinheiro dos contribuintes de todos os açorianos e açorianas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O PSD tem de responder a isso!

Deputado José San-Bento (PS): E vai responder!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o da República de quem é?

A Oradora: Mais uma vez o dinheiro dos açorianos vai para salvar a banca e garantir que ela não corra nenhum risco, o risco que corre nos Estados Unidos, como verdadeiros empreendedores.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O PSD tem de responder!

A Oradora: Os empreendedores não podem ter sempre uma rede de suporte, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Como nos Estados Unidos!

A Oradora: Empreender não é isso. O empreendedor é o que corre risco.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: É o que arrisca com inteligência...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: ...com capacidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nos Estados Unidos!

A Oradora: Isso é que é ser empreendedor.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como é nos Estados Unidos!

A Oradora: São bons exemplos que vêm de lá. Não vêm só maus.

Agora o que é curioso, é que os senhores, os maus, seguem-nos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Mas os bons, como não correspondem aos interesses que defendem, esses não se toca. Esse é que é o problema.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não precisa de dizer mais nada hoje. Pode terminar já a sua intervenção!

A Oradora: Esta é a proposta muito clara do Bloco de Esquerda, que o PSD obviamente aceitará ou não.

Já agora, Sras. e Srs. Deputados, permitam-me só acrescentar o seguinte:

O Bloco de Esquerda tem muita dificuldade, por um lado, em dar um voto positivo ao Projeto de Resolução do PSD, tal como ele está, pelas razões que enunciei, sem que aceite o aditamento deste ponto nº 4.

Mas tem agora uma dificuldade suplementar que foi introduzida pelo Sr. Vice-Presidente, ou seja, aquilo que vai acontecer nesta câmara, tanto quanto eu entendi, é que este projeto vai ser apoiado pelo menos pelo partido maioritário, porque os outros ainda não se pronunciaram, para além do PCP.

É um cheque em branco ao Governo, porque o Sr. Vice-Presidente foi o primeiro a dizer: bom, a recomendação é boa, agora a operacionalização da recomendação tem que ser muito bem maturada, pensada pelo governo e decidida.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Melhorado!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não! Vamos fazer mais e melhor!

A Oradora: Afinal o que é que vamos votar?

Se o Sr. Vice-Presidente me está a dizer que aceita que o Governo Regional (portanto, que o dinheiro de todos os contribuintes açorianos) vá novamente para a banca, durante o tempo em que os trabalhadores com salários em atraso não o podem pagar, aí Sr. Vice-Presidente, vou ter que lhe pedir explicações suplementares.

Explique lá isso muito bem explicadinho, que é para os açorianos e as açorianas perceberem o que é que estão a fazer e quem é que estão a salvar.

Para terminar, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dizer apenas o seguinte:...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto não pode ser alterado, é uma resolução!

A Oradora: Eu sou como o Sr. Deputado, incomoda-me...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Peço desculpa!

A Oradora: Muito obrigada. Sofremos os dois do mesmo mal.

A explicação e a abertura ou não do PSD para aceitar a nossa proposta de aditamento, para nós esclarece-nos uma coisa muito claramente:

Ou o PSD está preocupado de facto com as pessoas, com os trabalhadores que têm salários em atraso, com aqueles que por essa razão não cumprem com os seus

compromissos para com a banca e é com eles e só que está preocupado; ou o PSD está preocupado com a banca, como está a nível nacional e aquilo que está a arranjar é um bom pretexto para que a banca em vez de perder tudo não perca tudo, perca só um bocadinho e o resto vai novamente ser distribuído pelos bolsos de cada açoriano e de cada açoriana.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Começo pelo fim. Começo pelas intervenções do Bloco de Esquerda e do PCP.

Penso que estas intervenções (tenho que o dizer)...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não percebi, Sr. Deputado!

O Orador: ...demonstram bem por que é que a extrema-esquerda em Portugal, ao longo destes quase 40 anos de democracia, não participa nas soluções governativas para Portugal e para a Região Autónoma dos Açores. Não participa porque se coloca completamente fora do sistema racional, se coloca completamente fora da resolução concreta dos problemas das famílias.

O Bloco de Esquerda e o PCP o que demonstraram aqui é que não conseguem resolver os problemas concretos, têm sempre uma coisa para oferecer, têm uma resolução, têm uma decapitação da banca, têm uma resolução para oferecer à sociedade portuguesa, mas a resolução...

(Diálogo entre o Deputado Aníbal Pires e o Deputado Artur Lima)

O Orador: Sr. Deputado, oiça!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu tenho de ouvir? Sou obrigado?

O Orador: ...dos problemas concretos, cada vez que se apresenta...

Presidente: Srs. Deputados.... Faça favor de continuar Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu estou a ouvir!

O Orador: Gostava de fazer a intervenção. Não o interrompi, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ficou incomodado!

O Orador: Fiquei incomodado com a vossa leitura ideológica,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ainda bem que V. Exa. ficou incomodado! Mal seria!

O Orador: ...porque os senhores, cada vez que se apresenta um problema concreto, aparecem sempre com uma couraça ideológica que não permite a resolução de coisíssima nenhuma. Não se pode contar com o Bloco de Esquerda e com o PCP quando é necessário resolver o problema concreto das famílias.

O que é que nós temos aqui?

O que nós temos aqui é uma proposta concreta. O Sr. Deputado Aníbal Pires tem a ditadura do dicionário. Não se pode dizer isto, tem que se dizer isto. Não se pode dizer furtou, tem que se dizer roubou.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pode! Então não pode?

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Tem aqui uma ditadura da terminologia. A terminologia tem que se ir ler na bíblia do marxismo. É assim, só se pode dizer desta forma.

Não se pode dizer bancos, tem que se dizer diabos; não se pode dizer banqueiros, tem que se dizer ladrões.

Portanto, o que acontece é que é absolutamente contraproducente esta ditadura do dicionário,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ...que é o que nega a proposta do PSD.

Depois nós temos aqui uma proposta séria, não tem aqui nenhum julgamento, nem nenhuma intenção, nem nenhuma crítica ao Governo Regional nesta matéria. É uma situação de crise que nós temos no nosso sistema económico, é a crise real e não há aqui um aproveitamento de se dizer que a culpa é do Governo Regional, que até é, mas não está aqui na proposta essa constatação.

Portanto, o que acontece é que há aqui uma proposta muito, muito concreta e a questão é esta: quem nos está a ouvir, os trabalhadores que têm os salários em

atraso e que não conseguem pagar de facto as suas responsabilidades à banca têm aqui uma oportunidade. É uma proposta concreta nesse sentido, uma linha de orientação estratégica.

Vem o Sr. Vice-Presidente dizer: “Não, não! Tem aqui dois grandes problemas.”

Quais são?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas é o que o senhor vai aprovar!

O Orador: Portanto, não assegura que não há um aumento dos proveitos dos bancos e também não assegura que não vem a aumentar a responsabilidade das famílias. Foram estes dois problemas que o Sr. Vice-Presidente veio aqui elencar.

A proposta não diz o contrário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai aprovar!

O Orador: Estas duas preocupações são de bom senso. É evidente que na operacionalização desta medida o que se espera...

Deputado José San-Bento (PS): É uma interpelação à Mesa!

O Orador: ...é que o Governo assegure essas duas questões.

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional o que veio aqui demonstrar foi uma absoluta...

(Risos do Sr. Vice-Presidente do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados. O Sr. Deputado está no uso da palavra. Faça favor de continuar.

O Orador: Sr. Vice-Presidente, termino já a intervenção e já percebi qual é o problema, mas também agora não o posso resolver.

(Risos da câmara)

Agora não o posso resolver.

Termino já dizendo que obviamente o PPM apoia esta proposta do PSD pelos fatores que acabei de referenciar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

Sr. Deputado Marinho, queria começar por referir que o senhor na exposição que fez, permita-me que lhe diga isso com toda a objetividade, fez uma exposição onde confundiu a questão do desemprego com as vítimas dos salários em atraso e é verdade que quem sofre do problema de salários em atraso fica numa situação de precariedade muitas vezes, ou quase sempre, bem pior do que quem está no desemprego, porque o desemprego nos Açores, Sr. Deputado (e o senhor referiu esse aspeto por diversas vezes), é bom que se diga (e isto não é uma questão de insensibilidade, nem de qualquer outra questão relacionada com a uma desvalorização desse problema que nos preocupa a todos) que a verdade é essa: 80% dos desempregados dos Açores têm alguma forma de apoio social e quase praticamente (aliás, 100%) são seguidos em termos do seu perfil de qualificação e de habilitação para precisamente podermos melhorar a inserção no mercado de trabalho.

Também há aqui alguns aspetos (aliás, um pouco ao contrário do que já foi aqui dito) que nós não podemos deixar de referir.

Isto não é perdermo-nos no acessório, porque o essencial é de facto obviamente os pontos da recomendação que estão aqui vertidos nesta resolução, mas há aqui alguns aspetos ao nível das considerações que eu queria frisar e que nós não concordamos.

É feita aqui uma generalização sobre os atrasos por parte da administração que nós não concordamos e achamos que não foram provados neste plenário. Isto não é o tema central desta resolução, nem vamos certamente aqui, neste momento, fazer esse debate, mas isso tem de ficar muito claro à câmara em relação à interpretação que o PS faz da realidade e da forma como o Governo em regra paga os seus compromissos (e paga bem) e também é feita uma referência em relação à austeridade, ao memorando, à assinatura do memorando.

É bom não nos esquecermos (não me vou aqui alongar muito nesse ponto porque isso já foi falado neste plenário) que o Governo da República, durante muito tempo, teve um grande orgulho em ir além da troika e muitos desses problemas que nós estamos aqui a tentar resolver decorrem dessa estratégia errada de empobrecimento do país e da obsessão em ir além da troika com resultados que já são conhecidos e que ficaram por demais evidentes na primeira conferência que foi dada na sequência da sétima avaliação do Programa de Assistência a Portugal feito pela troika.

Queria também fazer um outro esclarecimento. Uma questão que é reiterada vezes referida e que é errada, imprecisa e que não corresponde minimamente à verdade.

Não se pode dizer, Sr. Deputado, que 2 em cada 5 jovens está no desemprego. Dois em cada 5 jovens que estão à procura de emprego ainda não encontraram emprego. Felizmente que no nosso país e na generalidade dos países europeus a esmagadora maioria dos jovens está num processo de qualificação e, portanto, estas coisas, essas frases às vezes são feitas assim, são frases sonantes, mas traduzem, induzem a opinião pública em erro e nós não estamos aqui, como óbvio e sabemos certamente que o PSD não estará, para induzir ninguém em erro.

Depois há uma outra coisa, Sr. Deputado António Marinho, que nós temos que reparar e temos que lhe dizer com toda a frontalidade: é que mesmo não concordando com este cenário, com esta caracterização que o PSD faz, a verdade é que o faz.

Ora, quem faz uma caracterização da situação dos Açores da forma como é feita aqui só apresenta isto como solução?

Isto não é, Sr. Deputado, com toda a franqueza, uma questão de desvalorizar a proposta, nem de minorizar a iniciativa do PSD, mas a verdade é que tirando a questão da contradição que a Sra. Deputada Zuraida Soares aqui falou (e já nem vou falar daquilo que foram as medidas de revogar apoios muito parecidos a estes que se pretendem implementar e um pouco nessa lógica que o governo de Sócrates tinha implementado e que este Governo da República revogou sem apelo nem agrado, portanto, já nem falo nessa contradição), falo é na desproporção de quem quase que diagnostica uma situação de morte iminente e depois propõe como

solução uma coisa pouco mais do que uma aspirina. **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Vote contra!

O Orador: Não vou votar contra, Sr. Deputado Artur Lima, mas poderei votar contra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Vote contra!

O Orador: Poderei votar contra como?

Se o PSD não fizer aquilo que nos parece que é, enfim, a sua obrigação de nos esclarecer alguns pontos, Sr. Deputado, nesse aspeto pedia a sua atenção em relação a algumas áreas que nós gostávamos de esclarecer.

O Sr. Vice-Presidente já foi muito claro em relação aos aspetos de natureza técnica que são muito sensíveis e que estão aqui em causa e, portanto, nós obviamente que concordamos que o Governo vai ter muito trabalho para precisar os termos concretos da implementação das sugestões que a resolução aqui tem, mas estes aspetos não sei, essas imprecisões, se terão ou não a ver com o facto do PSD/Açores ter, enfim, encerrado o seu gabinete de estudos (eventualmente há aqui uma certa falta desse *know-how*), mas queria fazer 4 perguntas ao PSD.

A primeira pergunta tem a ver com: não sendo esta proposta um decreto legislativo e, portanto, não estando sujeita à lógica da lei travão...

(Aparte inaudível do Deputado António Marinho)

O Orador: Oh Sr. Deputado, mas deixe-me só fazer a pergunta. O senhor até pode não querer responder, mas acredite que lhe faço as perguntas, as questões com todo o interesse.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Até porque se o senhor não a fizer, faço-a eu!

O Orador: A primeira questão tem a ver com o financiamento que o PSD prevê para esta medida.

Qual é a rubrica? Se há um limite ou não para a dotação global que o Governo poderá utilizar em relação a isso?

É porque como o Sr. Deputado sabe nós somos muito sensíveis e muito rigorosos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nota-se!

(Risos do Deputado Artur Lima)

O Orador: ...com as finanças públicas. Portanto, para nós um cêntimo é um cêntimo e nós gostamos sempre de saber muito bem o enquadramento, neste caso, orçamental que esta questão, do ponto de vista do PSD, deve merecer.

Em segundo lugar, uma outra questão que nos inquieta.

Sr. Deputado António Marinho, o valor do imóvel a ser financiado deve ou não relevar para esta medida?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma boa questão!

O Orador: Ou seja, é a mesma coisa nós estarmos a falar de um crédito à habitação para financiar um imóvel de 80 mil euros, com o financiamento de um de...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 1 milhão!

O Orador: Não diria tanto, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas há à venda!

O Orador: Mas de 200 ou 250 mil euros. Um valor 3 ou 4 vezes superior.

Releva ou não releva para o PSD esta questão.

Em terceiro lugar, Sr. Deputado, não se sabe, mas o Partido Socialista português hoje faz 40 anos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Parabéns!

O Orador: ...e uma das coisas que mais nos orgulha na história do nosso partido, Sr. Deputado, é a justiça social e Sr. Deputado nós não confundimos igualdade numa conceção mais soviética com aquilo que é a equidade, que deve ser a ponderação e o cuidado que nós devemos ter nestas questões.

Traduzido por miúdos, Sr. Deputado: a situação patrimonial do agregado familiar deve ou não, do ponto de vista do PSD, relevar para essa questão?

Ou seja, imaginemos que estamos a falar de uma pessoa que está nessa situação lamentável, mas que está inserida num agregado familiar com um vastíssimo

património. Isto deve ou não deve ser considerado neste apoio? Ou seja, neste caso, não permitindo.

E por último, Sr. Deputado, como é que o PSD prevê, em termos futuros,...

(Diálogo entre os Deputados António Marinho e Duarte Freitas)

O Orador: Sr. Deputado António Marinho é mesmo a última questão, se fizesse o favor de considerar seria de grande utilidade para nós.

Deputado Francisco César (PS): Estão a ser-lhe feitas perguntas! Não está a ouvir o Sr. Deputado!

O Orador: A quarta questão Sr. Deputado (prometo que é mesmo a última) tem a ver com a forma como o PSD prevê (se é que nos podem aclarar, elucidar sobre esta questão) que a Região seja posteriormente ressarcida desses apoios, ou acham que a Região não deve ser ressarcida desse tipo de apoio?

É que como sabe essas questões são muito sensíveis. Uma coisa é apoiar durante um momento difícil uma circunstância de grande fragilidade, outra coisa é esse apoio ser feito, mas posteriormente, numa fase que todos desejamos de recuperação desse agregado familiar. Se há ou não, da parte do PSD, uma ideia clara em relação a isso e como é que a Região deveria ser ressarcida desse valor financeiro que necessariamente será acumulável.

Portanto, Sr. Deputado, como vê da nossa parte há muito boa vontade, mas face àquilo que também o Sr. Vice-Presidente referiu nós de facto precisamos muito desse esclarecimento para podermos tomar em consciência uma posição definitiva. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo (V. Exa. agora representa o Governo):

Se me permitem, em primeiro lugar, Sr. Vice-Presidente de uma conversa que estávamos aqui a ter lateralmente, devo dizer aqui que, dos projetos de

investimento que falávamos, foram efetivamente todos pagos e foram pagos ontem. Portanto, fica a V. Exa. aqui o esclarecimento feito sobre essa matéria e o reconhecimento, com certeza.

Agora, eu estou aqui meio perdido e meio baralhado nisto tudo.

Reconheço a pertinência dos argumentos do Sr. Deputado José San-Bento, bem expostos, pertinentes. Enfim, acho que uma casa de 200 mil euros não é de uma família rica, é de uma família de classe média, pelo menos era de uma família de classe média, agora a classe média está um bocadinho mais empobrecida.

Reconheço a pertinência dos seus argumentos da maneira que eles são expostos. Agora, Sr. Deputado José San-Bento, há aqui uma contradição e um paradoxo. Isto é um Projeto de Resolução...

Deputado José San-Bento (PS): Sim!

O Orador: ...e ele é claro na sua parte resolutiva. Portanto, para atender àquilo que o senhor disse (e bem) ele tem de ser todo alterado,...

Deputado José San-Bento (PS): Tem de ser esclarecido!

O Orador: ...porque senão o que os senhores vão aprovar é rigorosamente isto. O que se vai aprovar não é o que o Sr. Vice-Presidente disse de fazer mais e melhor. O que se vai aprovar nesta casa, Sr. Deputado José San-Bento,...

Deputado José San-Bento (PS): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: ...é o que aqui está escrito, não tem em conta... Ou então o proponente aceita que se façam alterações ao Projeto de Resolução e são plasmadas nesta resolução. Senão o que o senhor vai aprovar é exatamente o que aqui está escrito. É o que esta casa vai aprovar. É assim que determina o Regimento e é assim que determina a aprovação de um Projeto de Resolução.

Pegando também nas palavras do Sr. Vice-Presidente, que aliás registei logo no início, que iria fazer mais e melhor, também lhe digo que não são só as famílias que têm dificuldades com salários em atraso que se vêm com dificuldades para fazer face a outras despesas e despesas pertinentes que até lhes fazem falta.

Sabemos que o setor automóvel, na Região Autónoma dos Açores, é dos setores mais afetados no primeiro trimestre de 2013. Vendeu apenas 90 automóveis nos Açores.

Era também interessante aqui algum apoio para as famílias pagarem a prestação que têm do crédito automóvel,...

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

...porque também isso contribuía para essas empresas, que estão a passar graves dificuldades, e a despedir gente. Portanto, era muito interessante também que o Sr. Vice-Presidente, nas melhorias que fizesse, tivesse o cuidado de introduzir aqui essa questão, porque é referido aqui o setor da hotelaria, o setor da construção civil, o setor do turismo, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): O Sr. Dr. Paulo Portas quando for Ministro da Economia vai fazer isso!

O Orador: Diga Sr. Deputado Francisco Coelho?

No Ministério dos Negócios Estrangeiros tem feito mais e melhor do que os ministros do Partido Socialista.

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Orador: Teríamos todo o gosto que V. Exa. se inscrevesse para o debate.

Deputado Francisco Coelho (PS): Quando me apetecer!

O Orador: Apetece-me que se inscreva.

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Orador: Inscreva-se para o debate. Está a ficar muito ativo e é bom que retome essa sua atividade parlamentar.

Presidente: Sr. Deputado, não entre em diálogo. Faça favor de continuar.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

Inscreva-se para vir ao debate,...

Deputado Francisco Coelho (PS): E quando voltar não me esquecerei de si!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ...porque teremos com certeza já saudades suas.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não duvido!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem 45 segundos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional: Foram colocados aqui alguns desafios ao PSD que penso que toda a câmara aguarda. Relativamente a uma das questões que foi aqui colocada (e foi colocada também por mim, não só por mim, mas também) e que tem a ver com a questão do aumento da despesa pública: este Projeto de Resolução a vir a ser aprovado e a vir a ser implementado implica...

A pergunta não é só para o PSD, é também para o Sr. Vice-Presidente do Governo, para que nos explique como é que é possível.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A resposta é dali!

O Orador: Está bem, mas o Sr. Vice-Presidente acolheu, em nome do Governo Regional, a proposta.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A argumentação!

O Orador: Portanto, não há confusão nenhuma.

Deputado Francisco César (PS): Tem de perguntar ao proponente da proposta!

O Orador: Já perguntei ao proponente.

Deputado Francisco César (PS): Vamos aguardar a resposta!

O Orador: É preciso saber, porque se nós estamos impedidos, pela lei travão, de aumentar a despesa pública é bom que isto seja aqui devidamente justificado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Vou começar pelo Sr. Deputado José San-Bento.

Confusão de desemprego e salários em atraso não existe. É referido desemprego, que é um dos males de que vive a economia açoriana, e os salários em atraso. Aliás, o que foi referido...

Deputado José San-Bento (PS): A proposta é sobre salários em atraso e o senhor falou mais sobre desemprego. Foi isso que eu quis dizer!

O Orador: O senhor permite-me que responda ou não?

Deputado José San-Bento (PS): Claro!

O Orador: É que se não quiser passo já a outro. Não tem problema nenhum!

Uma das situações é o desemprego, outra das situações, outras das consequências negativas sobre as famílias é a ocorrência de salários em atraso. E disse mais!

Disse que inclusivamente a situação de salários em atraso pode ser mais penalizante do que o desemprego, quando se diz (e uma vez que parto do princípio que leu a proposta) que nem estão a obter os rendimentos mensais devidos pelo seu trabalho, nem aqueles que adviriam do recebimento das prestações relativas ao subsídio de desemprego.

Segunda questão: não concorda com as considerações.

Está no seu pleno direito. O PSD ontem mesmo não concordou com as considerações do Projeto de Resolução apresentado pelo PS. Votou favoravelmente, porque concordava com a parte resolutiva.

(Aparte inaudível do Deputado José San-Bento)

O Orador: Portanto, não é nada do outro mundo e ainda ontem aqui apareceu.

A questão da austeridade, o ir além da troika, as quebras nestes dois setores, assim como os efeitos da política da austeridade que se encontra em curso a nível nacional. Nós estamos a admitir. Não tenha problemas!

Deputado José San-Bento (PS): Não! Os senhores chamem é a atenção!

O Orador: “Só apresentam isto perante um conjunto de problemas que aqui detetam.”

Não, não só apresentam isto! O senhor sabe tão bem como eu que este é um Projeto de Resolução que foi precedido pelo menos por dois projetos de decreto legislativo regional relativos a outras situações que por acaso têm algo a ver com isto, são situações decorrentes da situação económica e social que se vive neste momento nos Açores.

Olhe, vou-lhe dizer uma coisa: constatei há pouco que da parte do Partido Socialista ainda não vi nenhuma.

Deputado José San-Bento (PS): Não viu nenhuma?

O Orador: Não, não vi nenhuma. Nesta legislatura não tem nenhuma, não tem rigorosamente nenhuma. Tem um projeto de decreto legislativo regional que foi ontem aprovado nesta casa relativamente a um que foi apresentado pelo Sr. Deputado José Contente. Portanto, só apresentam isto.

Quanto ao valor inicial a ser financiado, quanto ao facto de ser ressarcida. Posso dizer-lhe desde já, dou-lhe uma opinião. Essa do “ressarcida” é interessante se o PS assim o entender acrescentar no ponto 3:...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não pode!

O Orador: ... “para ao longo do período em que a situação perdurar e que deverá ser ressarcida no prazo de 2 anos, 3 anos” é uma das tais aberturas que nós disponibilizamos e que poderá ali ficar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Deverá!

O Orador: A questão toda e as questões todas que colocam acerca de tudo isto. Isto é um Projeto de Resolução, não é um projeto de decreto legislativo regional. Obviamente que foram quantificadas, foram estudadas e foram contactadas entidades dos mais diversos tipos, posso dizer-lhe.

Deputado José San-Bento (PS): Por isso é que faço as perguntas!

O Orador: Portanto, aquilo que aqui está não é um projeto de decreto legislativo regional que tenha obviamente todas estas questões que o senhor gostaria aqui de ver respondidas. É uma recomendação ao Governo Regional ou então os senhores o melhor que fazem é retirar do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a possibilidade de se apresentarem projetos de resolução. A partir de agora só se podem apresentar projetos de decreto legislativo regional. Se assim querem é uma hipótese. Os senhores têm maioria, têm possibilidade de o fazer, embora creio que seja necessário uma maioria de dois terços para alterar o Regimento.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É de dois terços, Sr. Deputado!

O Orador: Não tenho muito a dizer relativamente às intervenções de quem concordou, de uma forma geral, com este Projeto de Resolução.

Relativamente às intervenções do PCP e do Bloco de Esquerda (e peço imensa desculpa de vos tratar em conjunto, sei que não gostam muito de serem tratados em conjunto),...

Deputado Aníbal Piros (PCP): Qual é o problema?

Deputada Zuraida Soares (BE): É normal! É mais estranho!

O Orador: ...mas a visão fechada, a visão obsessiva, a visão ortodoxa que têm está a levá-los a afastarem-se de uma mais do que reivindicada (e de forma recorrente que estão, que normalmente tentam transmitir) preocupação com as pessoas.

Deputada Zuraida Soares (BE): E a proposta do Bloco de Esquerda? Responda!

O Orador: Os senhores pela obsessão que têm relativamente ao sistema de crédito estão a não querer, pura e simplesmente, resolver o problema das pessoas. Preferem que as pessoas percam as suas casas. É uma visão ortodoxa...

Deputado Aníbal Piros (PCP): Há tantas outras soluções!

O Orador: ...e vou dizer-lhe uma coisa: não sei em que economia os senhores gostariam de viver que não tivesse um sistema financeiro. A economia sem um sistema financeiro não vive, não sobrevive.

Deputado Aníbal Piros (PCP): Há tantas outras soluções!

O Orador: Portanto, é uma obsessão. É a única coisa que lhes posso dizer neste momento, naturalmente só posso fazer este tipo de observação e digo mais uma coisa.

Todas as confusões que eventualmente sejam feitas aqui com aquilo que se passa na Assembleia da República e que deve ser da Assembleia da República, o que o Governo da República...

Deputado Aníbal Piros (PCP): Isso alguma vez há de pegar!

O Orador: Nós estamos aqui a falar em nome do PSD/Açores. Já provámos nas mais diversas situações que nem sempre concordamos com aquilo que faz o Governo da República.

Ontem votámos aqui um Projeto de Resolução que é desfavorável relativamente a uma medida do Governo da República. Podem ter a certeza de uma coisa: temos sempre, em primeiro lugar, os Açores e os açorianos. Tudo aquilo que debilite a Autonomia não merece o nosso acordo,...

Deputado Aníbal Piões (PCP): Em primeiro lugar o setor financeiro!

O Orador: ...independentemente do Governo da República,...

Deputado Aníbal Piões (PCP): Em primeiro lugar tem o setor financeiro!

O Orador: ...tem de ser também da nossa responsabilidade. Seremos sempre contra, fomos ontem contra.

Finalmente em relação ao Sr. Vice-Presidente do Governo. Não vou falar do seu subterfúgio que a determinada altura ali arranjou, também relativamente ao Governo da República, mas não vamos falar sobre isso.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu não falei! Até elogiei!

O Orador: Falou, falou um bocadinho! Tocou um bocadinho!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não se pode falar no Governo da República?

O Orador: Portanto, fica abrangido pelas outras respostas.

Que isto seja um Projeto de Resolução, que necessite de ir um pouco mais além e que isso vai dar muito trabalho ao Governo... Oh Sr. Vice-Presidente, ainda bem!

Ainda bem que os senhores vão trabalhar nisto, em todas as questões, e algumas preocupações que aí manifestou e com as quais eu concordo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: A sua preocupação relativamente se a banca vai ganhar ou não? Oh Sr. Vice-Presidente, isso depende da sua capacidade de negociação com a banca, no estabelecimento de protocolos. É o senhor que tem de definir as suas regras.

Deputada Zuraida Soares (BE): Perder é que nunca vai!

O Orador: E como é Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores e tem a responsabilidade das finanças, aquilo que o senhor deve fazer é zelar pela boa gestão do dinheiro que pertence aos açorianos.

Portanto, no estabelecimento desses protocolos tem de salvaguardar os interesses da Região. É isso que o senhor tem de fazer, mas o senhor é que vai estabelecer os protocolos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E o registo! Está a estragar o registo!

O Orador: O senhor quer discutir ou quer estar aí na brincadeira como há bocado esteve, aliás, de uma forma que considero perfeitamente desadequada à posição que ocupa?

Se quiser estar assim pode estar à vontade. As pessoas veem-no lá fora!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Olhe o registo!

O Orador: Aquilo que lhe digo é que o senhor é que tem de ter cuidado da forma como gere o dinheiro dos açorianos. Portanto, quando for estabelecer os protocolos (e é o Governo que vai estabelecer os protocolos) tem que salvaguardar os interesses da Região. Mais nada!

Isto é um Projeto de Resolução, tem de ser regulamentado.

Da nossa parte existe a disposição, como dissemos. Se quiserem pedir-nos algumas sugestões relativamente às matérias que invocaram ou outras aqui invocadas, nós aqui estamos.

Falaram-nos relativamente a ressarcir, relativamente ao dinheiro que é utilizado.

Aí está uma hipótese que consideramos positiva. Não consideramos positiva (esqueci-me de dizer isto à Sra. Deputada Zuraida Soares) a proposta que fez que é de todo, em todo, inaceitável para nós.

Deputada Zuraida Soares (BE): Já agora gostava de saber porquê!

O Orador: O senhor revelou e disse que estava satisfeito com este Projeto de Resolução do PSD, não exatamente pelos mesmos motivos. Nós estamos muito satisfeitos que o Sr. Vice-Presidente acolha positivamente a nossa iniciativa. Mas sabe por que é que estamos satisfeitos?

Não é por fazermos aprovar um Projeto de Resolução. É por fazermos aprovar um Projeto de Resolução que defende a vida dos açorianos,...

Deputada Zuraida Soares (BE): E da banca!

O Orador: ...que defende uma melhor situação para as pessoas, uma melhor situação para os açorianos, porque são eles que efetivamente nos preocupam e quem está numa situação de salários em atraso vive certamente um período de muitas preocupações. Por isso, estamos contentes que o senhor esteja satisfeito e que possa dar acolhimento a este Projeto de Resolução.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não me parece!

Deputados Aníbal Pires (PCP) e Artur Lima (CDS-PP): O que é que vamos aprovar?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares, mas tem só 30 segundos.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Muito rapidamente.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Sr. Deputado António Marinho, com a mesma frontalidade e seriedade com que o Bloco de Esquerda apresentou aqui uma proposta, aliás, respondendo à abertura aqui manifestada pelo PSD, penso que é legítimo da nossa parte perguntar ao Sr. Deputado e ao PSD por que é que recusam tão liminarmente a proposta e qual é a avaliação que fazem dela.

O Sr. Deputado limitou-se a dizer: “Não aceitamos, porque sim.”

Porque sim não chega em democracia, Sr. Deputado. Gostava de o ouvir dizer exatamente porquê, por que é que não aceita a proposta.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não aceita, porque não!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nem é praticável nos Açores!

A Oradora: Volto a lembrar esta câmara que a proposta é tão simples quanto isto: estudar ao abrigo...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Porque é impraticável essa proposta!

Presidente: Sra. Deputada.

A Oradora: ...das prerrogativas autonómicas instituídas no nosso Estatuto e na Lei de Finanças Regionais uma tributação suplementar sobre a banca que exerce atividade na Região Autónoma dos Açores, para que com essa tributação – que é como quem diz –, com esse contributo para as dificuldades da Região, criar um

fundo que possa ser utilizado exatamente para situações de carência social e económica como aquela que o PSD trouxe a esta casa com este Projeto de Resolução.

Presidente: Tem de terminar Sra. Deputada.

A Oradora: Vou terminar, é só 1 minuto, Sra. Presidente. Peço a sua compreensão para não ficar isto incompleto.

Sr. Deputado António Marinho, se esta não lhe serve e o senhor irá com certeza explicar porquê, faça-lhe uma outra, crio-lhe uma outra alternativa e digo-lhe assim: “Aconselhar, recomendar ao Governo Regional que estabeleça um protocolo com a banca por forma a criar uma moratória total ou parcial das prestações a reembolsar ao banco, por um período de 24 meses,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: ...após o qual os mutuários retomarão os normais pagamentos sem que isso dê lugar a nenhum tipo de revisão das condições do contrato de crédito por parte das instituições financeiras”.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso prejudica a banca, Sra. Deputada!

A Oradora: Srs. Deputados, Sras. Deputadas do PSD, não têm uma só alternativa,...

Presidente: Tem de terminar Sra. Deputada.

A Oradora: ...têm duas e agora expliquem por que é que não aceitam nenhuma, que é para os açorianos e açorianas perceberem com quem é que estão preocupados, se é com as pessoas, se é com a banca.

Muito obrigada.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vamos lá ver se a gente percebe o que é que vai votar!

O Orador: Duas questões muito simples.

Primeira: é essencial nesta matéria reforçar aquilo que é a grande questão que penso que é aqui demonstrada por esta proposta. O PSD reconhece claramente que existem disponibilidades financeiras e que a situação orçamental dos Açores permite tomar medidas de apoio adicionais às famílias e mais medidas compensatórias que no resto do país não é possível tomar. É no fundo um elogio claro (e uma contradição em relação às afirmações anteriores) à realidade regional que nós registamos e reconhecemos.

Segundo aspeto é que nós temos aqui que clarificar algumas coisas. Como disse esta proposta como está é uma proposta que tem uma boa intenção, mas não salvaguarda do ponto de vista de garantias e de operacionalidade aquilo que é essencial salvaguardar, mas como é uma recomendação (é uma recomendação) o Governo considera que tem e irá ter que fazer mais e melhor do que está apresentado, cumprindo o objetivo.

Mas há uma coisa em que temos de ser claros: não podemos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas as dos outros também são recomendações!

(Diálogo entre a Deputada Zuraída Soares e o Deputado Francisco César)

O Orador: ...de maneira nenhuma, aceitar uma argumentação que o Sr. Deputado António Marinho fez em desespero de causa. O Sr. Deputado António Marinho disse, no meio da sua conversa, que podem pedir ao PSD sugestões.

Agora a ver se percebo: o que o PSD diz agora, perante as dúvidas que foram colocadas pelas diversas bancadas, e o que o PSD não soube responder, é que podem pedir ao PSD sugestões em relação à proposta que é apresentada pelo próprio PSD. Há aqui uma contradição que pode e deve ser esclarecida.

Reforço aquilo que penso que é essencial: aquilo que nos une deve ser superior àquilo que nos separa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Já faltava essa!

O Orador: Logo, as deficiências claras que esta proposta tem, a incapacidade do PSD responder tecnicamente às questões que foram colocadas não devem ser

superiormente valorizadas em relação àquilo que é mais importante, que é reforçar o apoio às famílias açorianas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu retirava a proposta!

O Orador: Partilhando das dúvidas, partilhando daquilo que considero que deve ser alterado e corrigido,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu retirava a proposta! Oh Duarte pensa bem!

O Orador: ...mas tendo em conta esta valorização do que é essencial, que é o apoio às famílias açorianas, e porque o Governo considera que sendo isto apenas uma recomendação tem e irá fazer mais e melhor do que é recomendado, irá aperfeiçoar e corrigir...

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas o que é que nós estamos a aprovar?

O Orador: ...as deficiências que estão na proposta, o que é importante, nesta matéria, é valorizar o aspeto essencial que é a preocupação de apoiar mais as famílias açorianas e a constatação clara de que os Açores têm condições para apoiar as famílias açorianas mais do que aquilo que se regista no resto do país.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, para uma interpelação à mesa.

Presidente: Tem a palavra Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

No sentido de poder, em consciência, decidir o sentido de voto do Bloco de Esquerda, peço à Sra. Presidente que permita um esclarecimento nesta câmara do que é que exatamente nós aqui vamos votar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Nós vamos votar um Projeto de Resolução do PSD que tem 3 pontos muito concretos de recomendação. Não é uma recomendação abstrata, é uma recomendação que tem 3 pontos muito concretos...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Aliás, eu se fosse autor desta proposta já tinha retirado!

A Oradora: ...e que condicionam a decisão do Governo Regional, ou vamos aprovar “o mais e melhor” que o Sr. Vice-Presidente diz, que vai pegar neste

projeto e o que com ele vai fazer, sendo que ninguém nesta casa sabe o que é “o mais e o que é o melhor”?

Preciso de ser esclarecida para saber votar.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é uma pergunta retórica!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não me parece!

Presidente: Sra. Deputada, a mesa já percebeu a sua pergunta e naturalmente o que vamos votar é o Projeto de Resolução do PSD.

O Sr. Vice-Presidente pediu a palavra para? Quer se inscrever?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quero!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não ouvi o esclarecimento. Estava distraído! Peço desculpa!

Presidente: O que nós vamos votar é o Projeto de Resolução apresentado pelo PSD, que é o ponto 19 da agenda reunião e parece-me que disso não há dúvida nenhuma.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não me parece!

Presidente: O Sr. Deputado José San-Bento tinha pedido a palavra. Tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Muito rapidamente, apenas para continuar a participar no debate, para referir, em relação àquilo que disse o Deputado Artur Lima, a “eventual contradição”.

Da nossa parte não existe contradição nenhuma. O que nós achamos é que, atendendo à natureza desta proposta do PSD, há aqui aspetos (uma vez que ela é abstrata)...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é, não! É bem concreta!

O Orador: Não, não, mas é! Nos termos, e face ao que eu já disse previamente, é óbvio que é abstrata, imprecisa e, aliás, o Sr. Vice-Presidente abordou essa questão muito bem.

O que nós consideramos é que estamos num debate e é evidente que face à particularidade desta resolução este debate é muito importante, porque evidentemente (não deixando a mínima dúvida do que aprovaríamos ou o que será

aprovado - veremos o evoluir do debate e o que o PSD decide fazer, já há apelos para retirar a proposta), é óbvio, que nós votamos os pontos da resolução.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Estamos a votar a proposta do PSD!

O Orador: Isso é absolutamente claro.

Agora, Sr. Deputado, o senhor também sabe (por isso é que lhe disse em aparte que ia dar-lhe a resposta que o senhor já sabia) que é evidente que nestas questões o debate é muito importante e não é à toa que muitas vezes na própria interpretação de algumas peças legislativas os próprios Diários das Sessões ajudam a esclarecer.

O Sr. Vice-Presidente evidentemente que terá em consideração aquilo que são as questões que este debate salienta atendendo, repito, àquilo que é a natureza desta proposta.

Sr. Deputado Marinho, em relação àquilo que o senhor referiu. O senhor retirou – se me permite – uma ilação abusiva daquilo que eu disse e inclusivamente sugeri que eu estaria a querer que se alterasse o Regimento e que se impedisse a apresentação de resoluções e sugestões do género.

É evidente que isso não nos passou pela cabeça. O PS defende aquilo que os senhores já sabem: para nós uma melhor oposição provocará uma melhor governação. E nós, como eu penso que já ficou aqui provado, estamos empenhados em ajudar a oposição a ser uma melhor oposição.

Por isso é que termino com este aviso e acredite que é um aviso de amigo. Apesar do senhor ser um adversário político, é um aviso de amigo. O senhor procurou aqui introduzir um aspeto de natureza técnica legislativa que é interessante e de facto nós sabemos o que é uma proposta de resolução, o que é um decreto legislativo regional e o que é um decreto regulamentar regional. O que lhe quero dizer, Sr. Deputado, é que as questões que eu coloquei, nomeadamente naquilo que referi em relação se faria diferença ou não para o PSD o valor do imóvel a ser financiado e se relevava ou não para o PSD a condição patrimonial do agregado, isto não são meras questões regulamentares, Sr. Deputado. Isto são questões de princípio,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O PSD só tem uma solução que é retirar a proposta!

O Orador: ... questões muito importantes para serem esclarecidas e o senhor não as esclareceu.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

O que não podemos estar aqui a assistir é a essa narrativa do Partido Socialista e esse malabarismo do Partido Socialista que não se entende.

Portanto, das duas, uma: ou os senhores concordam com a proposta e aprovam; ou os senhores não concordam com a proposta e reprovam,...

Deputado Berto Messias (PS): É a sua opinião!

O Orador: ...porque o que vai ser aprovado, em termos regimentais e que portanto o Governo se obriga a cumprir é esta recomendação que tem 3 pontos e que passo a ler:

“1- A Assembleia recomenda ao Governo Regional que promova o estabelecimento de um protocolo com as instituições de crédito no sentido de serem suspensos temporariamente os pagamentos de amortizações relativas aos créditos à habitação contratados por trabalhadores afetados pela ocorrência de salários em atraso nas empresas em que prestam serviço pelo tempo que perdurar a situação em causa;

2- A ocorrência da situação de salários em atraso deverá ser definida, aferida e comprovada pelo Governo Regional;

3- O Governo Regional assegurará uma compensação às instituições de crédito equivalente à aplicação da taxa de juro contratual ao capital em dívida no momento em que se processa a suspensão referida no n.º 1 paga ao longo do período em que a situação perdurar.”

Ora bem, ao ser aprovado, como muito bem disse a Sra. Presidente e nós bem achamos que é assim, é o que é aprovado nesta casa (que eu saiba é um órgão legislativo da Região Autónoma dos Açores) é a isso que o Governo fica obrigado. O Governo fica obrigado a cumprir isto, isto que está aqui,...

Deputado José San-Bento (PS): Qual é a dúvida?

O Orador: ...independentemente das questões – reforço – pertinentes que o Sr. Deputado José San-Bento colocou, é a isto que o Governo Regional fica obrigado,...

Deputado José San-Bento (PS): Claro!

O Orador: ...porque até o protocolo o senhor nem sabe que protocolo é. Está efetivamente a passar um cheque em branco como não quis passar de manhã segundo a vossa argumentação.

Portanto, o que se vai aprovar é a proposta do PSD e é a proposta do PSD que sai desta casa e que obriga o Governo a cumpri-la. O resto é narrativa.

Deputado José San-Bento (PS): Oh, Sr. Deputado!

Deputada Zuraída Soares (BE): Não! Continua a narrativa!

O Orador: Portanto, não podemos aqui desprestigiar esta casa...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Tem de vir é dali!

O Orador: Sr. Vice-Presidente.

Há uma proposta que a Deputada Zuraída Soares (ou duas) fez àquela bancada (isso é uma questão) que eles estão disponíveis ou não estarão para aprovar e ela já disse que se não estiverem vota contra. Já foi clara (ou abstém-se)!

Agora, o que o Sr. Vice-Presidente não pode vir aqui dizer é que nós não concordamos com nada disto, vamos fazer mais e melhor ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quem é que não concorda? Eu não disse nada disso! Eu não disse que não concordo!

O Orador: Não, não! O senhor obriga-se institucionalmente a cumprir o que está aqui e é isso que o senhor tem de assumir.

O senhor tem de dizer aqui que o Governo se compromete a assumir, a cumprir, o que esta casa aprovar, independentemente daquilo que o senhor queira fazer a seguir ou depois.

Agora, o que se vai votar e aprovar, caso seja isso, são esses 3 pontos e mais nada. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: O Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nunca pensei que tivéssemos que fazer aqui este papel de tentar responder e justificar uma proposta do PSD, que o PSD não tem capacidade para responder às suas próprias propostas, mas vou dizer-lhe qual é o entendimento,...

Deputado António Marinho (PSD): Isso é desonesto!

Deputada Zuraida Soares (BE): Quem não quer ser lobo não lhe veste a pele!

O Orador: ...pegando exatamente nas suas palavras, Sr. Deputado Artur Lima. Efetivamente partilhamos...

(Apartes inaudíveis entre alguns Deputados da câmara)

Presidente: Sr. Vice-Presidente faça favor de continuar.

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, partilhamos das preocupações e partilhamos da abordagem que fez. Podia continuar a minha intervenção exatamente onde o Sr. Deputado acabou a sua.

Esta proposta tem apenas 3 pontos, por isso está também a me dar razão quando referi que a proposta é incompleta, insuficiente e é claramente limitada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Já os vi reprovar por muito menos!

Deputado Berto Messias (PS): Zuraida Soares: a mártir!

(Risos do Deputado Jorge Macedo)

O Orador: Por isso considero para aplicar esta proposta o Governo tem de fazer mais e melhor do que aqui está.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E o aumento da despesa pública!

Deputado José San-Bento (PS): Pois claro!

O Orador: Mas o que aqui está não é impeditivo do Governo o fazer, ou seja, o cerne da questão está aqui. O que o PSD propõe é incompleto, é insuficiente e é limitado, mas não impede que o Governo faça mais e melhor e corrija o que aqui não está dito e é nesse sentido que a proposta não é necessária que seja inviabilizada, pode ser perfeitamente viabilizada cabendo ao Governo completá-la, corrigir as insuficiências e as limitações que a proposta tem,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais um cheque em branco!

O Orador: ...precisamente para evitar aquilo que esta proposta, por si só, poderia levar, que era a uma penalização às famílias (não garante a não penalização) e um aproveitamento por parte da banca. Nesse sentido, o Governo, negociando de um protocolo com a banca terá que assegurar que as famílias não são prejudicadas e que a banca não será a beneficiada.

Por isso esta proposta do PSD é incompleta, insuficiente e limitada.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Os Deputados desta casa fazem uma profissão de fé!

O Orador: Mas da parte do Governo, o Governo pode com esta proposta corrigir as insuficiências, as deficiências desta proposta e torná-la muito melhor a favor dos açorianos.

A demonstração que o Governo faz nesta casa é que está disponível para aperfeiçoar, para corrigir e para acentuar aquilo que o PSD não conseguiu fazer.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Ou já não conheço o Regimento, ou então isto está tudo trocado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está, está!

O Orador: Quantas vezes o Sr. Vice-Presidente disse que estes 3 pontos são para cumprir, mas que está incompleta?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Insuficiente!

O Orador: O resto é o cheque em branco como já aqui foi dito.

O que digo aqui, um desafio que faço ao Sr. Deputado José San-Bento...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Insuficiente! Incompleta! Limitada!

O Orador: ...é quantas vezes, Sr. Deputado, nos projetos de resolução não se usou aqui outra figura regimental, que é uma proposta de substituição, que complete esta proposta de resolução...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exatamente!

O Orador: ...e que então saibamos todos o que é que vamos votar.

Portanto, o que sugiro para ser correto, para sermos todos corretos e sabermos o que estamos a fazer, – se é mais aquilo que nos une do aquilo que nos separa...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Aliás, posso mudar o meu sentido de voto!

O Orador: ...(como diz o Sr. Vice-Presidente) – proponha ao proponente ou eu proponho, se quiser assim, que se faça uma proposta de substituição onde os seus argumentos sejam tidos em conta, onde os argumentos do Governo sejam tidos em conta e regimentalmente fique tudo correto como muitas vezes se fez (e o senhor sabe) nesta casa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Devo dizer que acho esta atitude do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional absolutamente lamentável. Lamentável!

Há um Projeto de Resolução que é explícito e todos os projetos de resolução são depois implementados e são regulamentados e essas coisas fazem-se a nível do protocolo.

O que aqui é importante é definir o princípio político da intervenção e a prioridade política que se deu a esse assunto.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E toda a gente sabe disso muito bem!

O Orador: O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional o que está a dizer é o seguinte: “Nós vamos fazer melhor!”

Mas o que é certo é que não o fizeram até ao momento em que entrou esta proposta.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Não o fizeram!

Portanto, o PSD tem todo o mérito de se ter preocupado com esta questão e de ter evidenciado esta preocupação política. É evidente que a concretização prática é feita através de protocolo e, portanto, o Sr. Vice-Presidente está aqui com uma posição que não é institucional,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O líder substituto do PSD!

O Orador: ...que é uma posição que não o honra enquanto Membro do Governo, porque é uma atitude pura e simplesmente de destruição das propostas dos outros. Os senhores com este tipo de atitude não têm nada a ganhar junto dos açorianos, porque os açorianos já perceberam que há aqui uma proposta...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu retirava!

O Orador: ...(não interessa; desta vez é do PSD, mas poderá ser de outro partido político) que tem uma prioridade política que é resolver os problemas das pessoas que tenham salários em atraso e que não têm dinheiro para pagar as prestações aos bancos. Essa é uma questão muito objetiva.

É feita uma prioridade política e é evidenciada essa prioridade política. O Sr. Vice-Presidente perde-se aqui em pormenores tentando dizer e desvalorizar uma proposta...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quem falou foi o PP!

O Orador: ...que não tem a coragem política de reprovar, porque sabe que esta situação afeta centenas de açorianos e por isso é que não o faz. Não há aqui nenhuma bondade, há um exercício de hipocrisia total.

Sr. Vice-Presidente, fica-lhe muito mal esse género de atitude que é uma atitude de destruição, pura e simples, e é uma atitude que não tem nada a ver com a preocupação da negociação e de partilhar com a oposição a tentativa de resolução dos problemas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O líder substituto do PSD!

O Orador: Essa sua atitude é uma atitude de quem não tem princípios na atividade política.

Presidente: A mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado António Marinho tem pouco mais de 1 minuto.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Está mais do que à vista – e toda a gente, designadamente aqueles que têm vindo ao longo dos anos, sabe o que é um Projeto de Resolução, sabe o que é um projeto

de decreto legislativo regional – que há um conjunto de questões que obviamente não podem caber no Projeto de Resolução.

Daí o facto de há bocado ter dito que mudem o Regimento e retirem o Projeto de Resolução.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Tem de falar para ali!

O Orador: Nós fazemos um projeto de decreto legislativo regional. Já o fizemos! Se acabarem os projetos de resolução acabam-se este tipo de situações.

Protocolos quem os faz são os governos.

É pena o Sr. Vice-Presidente ir-se embora, porque eu ia dizer que não é uma atitude hipócrita do Sr. Vice-Presidente. Tenho pena que não oiça. É uma atitude profundamente desonesta aquela figura que o Sr. Vice-Presidente acabou de fazer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Virou as costas quando está a ser interpelado!

O Orador: É de uma desonestidade total...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ...esta tentativa de desvalorizar a proposta do PSD, quando sabe perfeitamente que é um projeto de recomendação e é um projeto de recomendação em favor das pessoas.

Há uns que têm uma obsessão contra a banca, há outros que têm uma obsessão relativamente a matérias que sejam apresentadas pelo PSD, nem que para isso tenham que fazer a figura triste que o senhor fez.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

E aqui tem que dar uma resposta Sr. Vice-Presidente: o senhor vai aprovar este Projeto de Resolução porque está preocupado com as pessoas, ou porque não tem outra alternativa?

Tem de dar essa resposta. Nós apresentámos de forma preocupada,...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não é o Sr. Vice-Presidente que aprova!

O Orador: ...honestamente, um Projeto de Resolução com um objetivo principal: queremos resolver a vida das pessoas. Os senhores têm que dizer se estão também

desse lado ou se preferem manter-se na desonestidade que o senhor revelou ao longo deste debate.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Lamento que quando nós estamos aqui a tentar procurar (e aqui aproveito para saudar a postura do Sr. Deputado Artur Lima), precisar termos de uma iniciativa que não é nossa, caso o Sr. Deputado António Marinho não tenha percebido certamente por incapacidade minha de me fazer entender, nós estamos a tentar dar um contributo e fazer melhorias substantivas à proposta do PSD que é, Sr. Deputado, deixe-me que lhe diga, uma proposta incompleta e por isso mesmo nós apresentamos aqui aspetos muito importantes.

Portanto, não vale a pena a sua exaltação, a sua indignação e essa obsessão que o senhor tem em atacar o Vice-Presidente do Governo para nós termos aqui uma situação que ninguém certamente deseja.

O que é essencial é que o senhor e o PSD expliquem aquilo que tem a ver com a vossa própria iniciativa. Já percebi que está a haver uma grande dificuldade em fazer isso e se alguém tivesse dúvidas de como as coisas estão a correr mal ao PSD percebeu que foi necessário o reforço do Deputado do Corvo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É o líder substituto do PSD! Saltou do banco para defender o PSD!

O Orador: Ora bem, a questão é essa: os senhores têm ou não têm abertura para considerar alterações ao texto da resolução para podermos integrar aquilo que deve ser o limite do valor do imóvel que está a ser financiado, a condição patrimonial do agregado familiar e os termos em que a Região é ressarcida posteriormente? Questões da maior importância como (e muito bem) o Sr. Deputado Artur Lima já reconheceu.

Em relação ao facto da Região ser ressarcida percebemos que acharam que é uma proposta meritória ou uma sugestão boa da nossa parte. E em relação às outras duas: têm ou não têm abertura para isso, para a proposta eventualmente descer à comissão? “Vamos agora fazer a redação desses pontos aqui nestes termos...”?

Bem, mas isso é o risco das urgências.

Portanto, o PS faz uma vez mais esse pedido de esclarecimento ao PSD.

Presidente: Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaria, em primeiro lugar, (e não usei a figura regimental para tal, porque considero que é desnecessário e não conduz ao bom andamento destes trabalhos) de lamentar a linguagem utilizada pelo Sr. Deputado António Marinho...

Deputado António Marinho (PSD): E mantenho completamente!

O Orador: ...e em segundo lugar atribui-la ao nervosismo e desorientação que tem tido neste debate por uma simples razão: parece que o PSD está irritado, está nervoso e está desorientado porque o Governo apoia uma proposta vossa. Ou seja, o que se tira daqui como conclusão é que os senhores não querem que o Governo apoie uma proposta vossa. É essa a fundamentação do seu nervosismo, da sua irritação e da sua desorientação.

Deputado Luís Maurício (PSD): Já vimos isso no Orçamento!

O Orador: É esta a primeira conclusão.

O cerne da questão é simples: se é uma proposta de recomendação, se é uma proposta de resolução que visa recomendar ao Governo uma questão, é ou não legítimo que o Governo deva achar que deve aperfeiçoar essa mesma execução?

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é a sua obrigação, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: É isto que está aqui em questão nesta casa e é isso precisamente que está em debate.

Agora o que registo aqui, com alguma apreensão, é a aversão total, a irritação e o nervosismo do PSD...

Deputado Luís Maurício (PSD): Contra a sua desonestidade política!

O Orador: ...a duas coisas: primeiro, a que o Governo concorde com a proposta do PSD, parece que o PSD está formatado para um único discurso que é o Governo discordar do PSD; quando o Governo concorda com o PSD, o PSD critica o Governo por o Governo concordar com o PSD. É isto que não consigo perceber. Primeira questão.

A segunda essencial é a aversão total que o PSD também tem registado aqui para qualquer tentativa de aperfeiçoar, de melhorar e de complementar a proposta aperfeiçoada.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A mesa não tem mais inscrições.

Deputado Berto Messias (PS): O PSD não responde às questões!

Presidente: Não havendo, vamos então passar à votação.

Sr. Deputado Berto Messias quer dizer alguma coisa?

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para esclarecer a câmara que se o PSD não tiver tempo para responder às perguntas que lhe foram colocadas o Partido Socialista cede tempo ao PSD.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Nós já percebemos todo o debate e toda a discussão que houve aqui e, portanto, o PSD está muito disponível para negociar o que é preciso negociar. Já o fez no Plano e Orçamento e o Sr. Vice-Presidente sabe bem que a nossa intenção não é que o Governo chumbe ou que o PS chumbe as nossas propostas, até negociamos para que possam aprovar (a verdade é esta), e neste caso concreto está tudo mais do que discutido. Já todos percebemos a tentativa de apoucar que normalmente é feita por parte do PS e do Governo às propostas do PSD/Açores e,...

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sr. Deputado! Isso é escusado!

O Orador: ...portanto, aquilo que vou fazer é um requerimento à mesa para que se passe de imediato à votação.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, apenas para uma interpelação, para dizer que se o proponente precisar de tempo o Partido Socialista cede tempo ao proponente.

Muito obrigado.

Presidente: Penso que a mesa subentendeu pelas palavras do Sr. Deputado Duarte Freitas que não iria dar tempo, mas o Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra para esclarecer.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Percebeu muito bem, porque o que era para explicar está tudo explicado...

Deputado Berto Messias (PS): Não está, não!

O Orador: ...e aquilo que é a tentativa recorrente do Partido Socialista e do Governo é de apoucar as propostas vindas da oposição, nomeadamente do PSD/Açores.

Portanto, sendo assim, aquilo que acho que se deve fazer é passar à votação. Se os senhores querem proteger aqueles que estão com salários em atraso, alguns deles por vossa causa, votem a favor da nossa proposta,...

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Orador: ...se não querem, votem contra.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Olhe o registo!

Presidente: Sr. Deputado, obrigada.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então passar à votação do Projeto de Resolução apresentado pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, nós estamos no decorrer da votação. Agradeço que tenham um bocadinho de respeito.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Secretário: O presente Projeto de Resolução foi aprovado com 17 votos a favor do PS, 13 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PCP.

(Neste momento, o Deputado Carlos Mendonça substituiu o Deputado Rogério Veiros na Mesa)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Nós acabámos de assistir nesta câmara há aprovação de um Projeto de Resolução que na opinião e classificação do Governo Regional e do Partido Socialista é uma iniciativa legislativa incompleta, insuficiente e limitada. É extraordinário que com estas adjetivações o Partido Socialista aprove uma iniciativa legislativa, quando por muito menos tem reprovado muitas outras. Que fique registado.

Outra conclusão: tal como está esta proposta aprovada aquilo que aconteceu nesta câmara foi passar um cheque em branco ao Governo Regional para negociar como muito bem entender com a banca, nesta Região, em nome dos açorianos e açorianas, e com o seu dinheiro.

Terceira conclusão. As propostas de aditamento feitas pelo Bloco de Esquerda foram duas, mereceram o silêncio do PSD, que é o proponente, pelo que só há uma conclusão: foi falsa a disponibilidade mostrada pelo PSD para qualquer proposta de alteração ou de melhoramento da sua iniciativa.

Penúltima conclusão. O Bloco de Esquerda partilha a preocupação social manifestada pelo PSD no seu Projeto de Resolução, mas rejeita completamente que com o pretexto de apoio às pessoas carenciadas, neste caso os trabalhadores que têm salários em atraso, à boleia deles e com o pretexto deles se continue a garantir

que a banca não perde um tostão enquanto toda a gente no país e nesta Região tem vindo a perder tudo, inclusive o posto de trabalho.

Foi isto que o PSD fez, foi isto que a maioria aprovou.

Finalmente, só posso compreender, ou melhor, quero compreender este ato benemérito do Partido Socialista maioritário com a celebração dos 40 anos do seu partido. Acontece que a celebração desses 40 anos e a aprovação deste projeto tal como está não rima com a preocupação de justiça social e de acuidade que aqui foi enunciada...

Deputado José San-Bento (PS): Esse ar demagogo da senhora!

A Oradora: ...exatamente para celebrar esses 40 anos,...

Deputado José San-Bento (PS): Oh, Sra. Deputada!

A Oradora: ...porque este Projeto de Resolução é tudo menos equitativo e garante tudo menos justiça social.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho para uma declaração de voto.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Uma declaração de voto muito rápida apenas para dizer duas coisas.

A primeira coisa é para dizer que o PSD/Açores está muito satisfeito por ter ajudado a dar um passo extremamente importante para resolver o problema por que passam muitos açorianos que se encontram numa situação difícil de ter salários em atraso e com incapacidade para resolver os compromissos que assumiram. Ajudaram-nos a dar esse passo e estamos muito satisfeitos.

Gostaríamos de qualquer forma de não deixar em claro aquilo que aconteceu aqui, neste Parlamento.

Foi uma desonestidade profunda por parte do Partido Socialista...

Deputado José San-Bento (PS): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: ... na argumentação utilizada e o incómodo com que estão a votar esta iniciativa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Incómodo?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento para uma declaração de voto.

Deputado Berto Messias (PS): Nós não temos culpa que a vossa bancada não saiba defender a vossa proposta!

Deputado Luís Garcia (PSD): Falta coragem para votar contra!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado José San-Bento vai fazer a sua declaração de voto.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Queria fazer uma declaração de voto em nome da minha bancada e cingir-me a esta figura regimental com todas as limitações que ela implica, porque de facto a intervenção que me precedeu merecia uma outra iniciativa, mas não posso deixar de dizer que lamento sempre muito ver fazer-se figuras que me surpreendem sempre muito. Lamento isso, mas queria fazer essa lamentação.

Queria sobretudo justificar...

Deputado António Marinho (PSD): Logo eu!

O Orador: Logo eu, sim! O que é que isso quer dizer, Sr. Deputado? Logo eu, é evidente, tenho toda a legitimidade para o fazer caso não saiba disso.

Queria dizer que esta proposta que nós votámos a favor para além de ter sido uma proposta incompleta como ficou provado aqui, foi uma proposta que nós abordámos com todo o cuidado e procurámos introduzir no debate questões que nos pareciam muito importantes.

Acho que isso ficou claro. Registo que houve aqui partidos da oposição que reconheceram a pertinência desses pontos que o PS pretendia ver aclarados. A verdade é que não foram e não tendo sido porque é que nós votámos a favor da iniciativa?

Pela simples razão de que nós confiamos no Governo e sabemos a resposta que o Governo tem para algumas das questões que nós aqui levantámos, questões que não são pormenores de regulamentação, são questões de princípio muito sérias e que têm a ver com a aplicação concreta da equidade e, conseqüentemente, da

prosecução do valor da justiça social e nós não somos de forma alguma insensíveis a isso.

Permita-me, portanto, que lhe diga Sr. Deputado António Marinho, ...

Deputado António Marinho (PSD): O senhor está a fazer uma declaração de voto ou falar comigo?

O Orador: Com certeza.

...que os senhores sinalizaram um problema, mas não apresentaram soluções. É bom que isso fique muito claro.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Quero começar por dizer que a Representação Parlamentar do PCP tendo votado contra e tendo-o anunciado em devida altura ao longo do debate (apenas do que se assistiu aqui e que de facto até foi um debate, na minha opinião, inédito e, enfim, inacreditável) nunca pensou ser possível ver a defesa de um Projeto de Resolução do PSD feito pelo Vice-Presidente do Governo Regional e pelo Deputado do PPM, uma vez que relativamente ao PSD e face às questões...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ...que foram ao longo do debate sendo colocadas, o PSD a isso respondeu nada e, portanto, quem lhe fez a defesa foi de facto o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito obrigado!

O Orador: ...e o Deputado Paulo Estêvão.

É bom que se registre isto, porque vindo de um partido e de um grupo parlamentar com a dimensão do Grupo Parlamentar do PSD ter de se socorrer do apoio do Vice-Presidente e do Deputado Paulo Estêvão é, no mínimo, estranho. É, no mínimo, estranho!

(Diálogo entre os Deputados António Marinho e Berto Messias)

O Orador: Não posso deixar de dizer o seguinte: o PSD justificou uma iniciativa que visa legitimar os salários em atraso e meter dinheiro no setor financeiro com um problema social e laboral que é real e que tem a ver com os salários em atraso. Ancorando-se nos salários em atraso resolve ou apresenta aqui um Projeto de Resolução que visa legitimar essa situação e, uma vez mais, apoiar o setor financeiro. Setor financeiro que como nós sabemos além de ter provocado tudo aquilo que se está a passar em Portugal, na Europa e no resto mundo, ainda não contribuiu com nada, antes pelo contrário, tem vindo a ser apoiado pelo dinheiro de todos os portugueses.

É lamentável (não posso deixar de o dizer) que o PSD, ancorando-se num problema grave, num problema social, laboral e económico grave, tenha-se ancorado nesse problema para uma vez mais legitimar aquilo que é ilegítimo e, sobretudo, voltar a apoiar, por via desta forma, a banca.

Esperemos que as melhorias que o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional disse que ia introduzir ao menos salvaguardem o interesse da Região e que isso não conduza a nenhum aumento da despesa pública, porque também ficou por explicar durante este debate como é que esse problema vai ser resolvido.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Devo dizer que este Projeto de Resolução do PSD foi, como é hábito, brilhantemente apresentado pelo Sr. Deputado António Marinho.

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

Sr. Deputado, só lhe ficaria bem não tentar apoucar aquela que foi uma intervenção, como o Sr. Deputado sabe, na linha das intervenções políticas que o Sr. Deputado António Marinho fez, tem vindo a fazer ao longo de todos estes anos com preocupações que expressou sempre.

Portanto, o Sr. Deputado seguiu a estratégia do Governo, no sentido de tentar diminuir as propostas dos outros e o mérito dos outros, mas tenho que dizer o seguinte.

Deputado Aníbal Pires (PCP): V. Exa. está a fazer uma declaração de voto?

O Orador: Há aqui um problema que é um problema social, que é um problema que se tem vindo a incrementar, são as pessoas que têm os salários em atraso.

O PSD apresenta um Projeto de Resolução que pretende enfrentar este problema.

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional o que disse foi que lhe custava muito fazer aquele que é o seu trabalho...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: ...e para o qual é pago como Membro do Governo. É Vice-Presidente do Governo Regional para fazer exatamente aquilo que aqui lhe é recomendado, que é fazer um protocolo e que faça a execução desta medida. Os açorianos pagam-lhe o salário para ele fazer exatamente isto.

Portanto, é isto que ele tem de fazer, não é outro. Não há nenhum Membro do Governo que não faça exatamente aquilo que é recomendado no âmbito de uma figura regimental deste tipo.

O Projeto de Resolução assinala o problema, assinala a solução e aponta um caminho. A regulamentação e a elaboração do protocolo pertence ao Governo.

Portanto, o que aconteceu aqui (para mim, na minha perspetiva) e o meu sentido de voto foi positivo exatamente porque este é um problema que não estava resolvido, que não existia nenhuma medida anunciada, não existia nenhuma medida que estivesse a ser executada. Portanto, há aqui um partido político que legitimamente apresenta um problema, apresenta uma solução e apresenta uma prioridade política e desta prioridade política estou absolutamente convencido que as pessoas que vão usufruir dentro de poucos meses deste apoio ficarão muito agradecidas a este Parlamento de o ter aprovado. Ponto final nesta história.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Se é ponto final é ponto final!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não há mais inscrições para declarações de voto.

Passo então a ler a proposta de deliberação final: **a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de abril.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Dou então por concluídos os nossos trabalhos. Uma boa tarde. Um bom regresso a casa.

Eram 19 horas e 09 minutos.

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Duarte Manuel Braga Moreira

Luís Carlos Martins Maciel

Partido Social Democrata (PSD)

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

(*) Texto não revisto pelo Orador

Documento Entrado

Listagem da correspondência

1 - Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos eléctricos e electrónicos (EEE), transpondo a Diretiva n.º 2011/65/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2011 - MAMAOT - (Reg. DL 121/2013) - n.º 28/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 04 – 12

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 04 – 24.

2- Projetos de Propostas de Lei:

Assunto: Regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de Agosto, e revoga a Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, e a Lei n.º 104/97, de 13 de Setembro - PCM (MF) - (REG. PL 120/2013) – n.º 29/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 04 – 15

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 04 – 24;

Assunto: Estabelece um regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas, com vista à sua análise, caracterização e determinação das medidas de política remuneratória adequadas - PCM (MF) - (Reg. PL 130/2013 – n.º 30/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 04 – 15

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 04 – 24.

3 – Projetos de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Programa de Auto Emprego Jovem – n.º 11/X](#)

Autor: PSD

Entrada: 2013 – 04 – 16

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 05 – 16;

Assunto: [Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2010/A, de 5 de março, que estabelece o regime jurídico aplicável ao transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem efetuado na Região Autónoma dos Açores por meio de veículos com peso bruto igual ou superior a 2500 kg – n.º 12/X](#)

Autor: PS

Entrada: 2013 – 04 – 17

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

4 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2011/A, de 16 de junho, que regula o exercício da atividade dos profissionais de informação turística na Região Autónoma dos Açores – n.º 9/X](#)

Autor: Governo

Entrada: 2013 – 04 – 11

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 05 – 14.

5 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo que proceda às negociações necessárias com as organizações representativas dos trabalhadores das empresas do Grupo SATA, evitando a realização das greves previstas – n.º 28/X](#)

Autor: PCP

Entrada: 2013 – 04 – 15

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Regularização das transferências financeiras protocolizadas com as IPSS e Misericórdias – 29/X](#)

Autor: BE

Data entrada: 2013– 04 – 17

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pela necessidade de estabelecimento de um protocolo para a instalação de uma rede de radares meteorológicos e de estações meteorológicas de superfície na Região, que possibilite às autoridades nacionais monitorizar a evolução meteorológica na área da Região Autónoma dos Açores – 30/X](#)

Autor: CDS-PP

Data entrada: 2013– 04 – 17

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Suspensão temporária das obrigações relativas ao crédito à habitação – 31/X](#)

Autor: PSD

Data entrada: 2013– 04 – 17

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

6 – Requerimentos:

Assunto: [Ainda o Museu Carlos Machado](#)

Autores: José Andrade e Renato Cordeiro (PSD)

Data de Entrada: 2013.04.18

Referência: 54.03.02 – N.º 88/X;

Assunto: [Processo de deslocalização da Pedreira da Barca - Madalena do Pico](#)

Autores: Artur Lima, Luís Silveira e Francisco Silva (CDS/PP)

Data de Entrada: 2013.04.18

Referência: 54.01.06 – N.º 89/X.

7 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Contratação de um docente de educação especial para a Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira.](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.04.12

Referência: 54.07.09 – N.º 60/X;

Assunto: [Revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.04.16

Referência: 54.01.00 – N.º 26/X;

Assunto: [Tarifas «Last Minute» inacessíveis à maioria dos açorianos](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.04.16

Referência: 54.01.00 – N.º 63/X.

8 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício de agradecimento pelo Voto de Pesar, aprovado pela ALRAA, relacionado com a tragédia ocorrida na Freguesia do Faial da Terra

Proveniência: O Presidente da Câmara Municipal da Povoação

Data de Entrada: 2013.04.12;

Assunto: Ofício a requerer o Cancelamento do Projeto de Resolução n.º 11/X - Recomenda ao Governo Regional que alargue o âmbito do Programa Operacional PRO-EMPREGO a todos os trabalhadores que, embora estejam afetos à Administração Central, exerçam a sua atividade em serviços desconcentrados na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2013.04.12;

Assunto: Ofício a remeter por correio eletrónico, o relatório de auditoria e as verificações internas de contas de gerência aprovados e abaixo indicados:

- Audit. n.º 03/2013-FS/SRATC (Proc.º n.º 10/118.03) – “Auditoria à Associação Portas do Mar – APM (2008-2011)”;
- Audit. n.º 06/2013-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.16) – “Fundo Escolar da Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira”;
- Audit. n.º 07/2013-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.20) – “Fundo Escolar da Escola Básica Integrada Maia”.

Autor: O Presidente do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Ferreira

Data de Entrada: 2013 – 04 – 15;

Assunto: Ofício a solicitar pedido de colaboração para o Gem Açores 2012

Proveniência: Vice-Presidência do Governo – Emprego e Competitividade Empresarial

Data de Entrada: 2013.04.15;

Assunto: Ofício a solicitar pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 28/X – “Recomenda ao Governo que proceda às negociações necessárias com as organizações representativas dos trabalhadores das

empresas do Grupo SATA, evitando a realização das greves previstas”

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2013.04.15;

Assunto: Ofício a solicitar pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 30/X – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pela necessidade de estabelecimento de um protocolo para a instalação de uma rede de radares meteorológicos e de estações meteorológicas de superfície na Região, que possibilite às autoridades nacionais monitorizar a evolução meteorológica na área da Região Autónoma dos Açores”

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2013.04.17;

Assunto: Ofício a solicitar pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 31/X – “Suspensão temporária das obrigações relativas ao crédito à habitação”

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2013.04.17;

Assunto: Ofício com pedido de substituição e pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/X – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2010/A, de 5 de março, que estabelece o regime jurídico aplicável ao transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem efetuado na Região Autónoma dos Açores por meio de veículos com peso bruto igual ou superior a 2500 kg”

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2013.04.18.

9 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.04.15;

Assunto: [Verificação de Impedimentos e Incompatibilidades do Deputado João Bruto da Costa](#)

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.04.15;

Assunto: [Verificação de Impedimentos e Incompatibilidades do Deputado Paulo Alexandre Vieira Borges](#)

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.04.15;

Assunto: [Verificação de Impedimentos e Incompatibilidades do Deputado Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos](#)

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.04.15;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Comissão: Política Geral

Data de Entrada: 2013.04.15;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Comissão: Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.04.15;

Assunto: Parecer sobre o Projeto de Decreto-Lei que procede à regulamentação da Lei n.º 127/99, de 20 de agosto, relativa às associações de pessoas com deficiência, designadamente sobre a respetiva constituição, âmbito, objeto, autonomia, representatividade, apoios, registo e o regime aplicável aos seus dirigentes e respetiva tutela - MSS - (Reg. DL 102/2013)

Comissão: Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.04.18;

Assunto: Relatório e Parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/X – “Regime jurídico aplicável às novas substâncias psicoativas”

Comissão: Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.04.18;

Assunto: Relatório sobre a Audição do Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, solicitada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, "Sobre o súbito cancelamento de um número considerável de bolsas de investigação e de formação avançada”

Comissão: Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.04.18;

Assunto: Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão: Economia

Data de Entrada: 2013.04.15.

10 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.º s 12, 13, 14, 15,16 e 17.

As redatoras: Maria da Conceição Fraga Branco e Ana Sofia Pereira da Silva Machado